



Universidade Lusófona do Porto

Beatriz Mendonça Silva

Dimensões políticas nos discursos institucionais sobre a
pandemia (Bolsonaro e o SARS-COV-2 no Brasil)

Trabalho realizado sob orientação do

Prof. Dr. Rui Pereira

Junho de 2022



Universidade Lusófona do Porto

Beatriz Mendonça Silva

Dimensões políticas nos discursos institucionais sobre a
pandemia (Bolsonaro e o SARS-COV-2 no Brasil)

Ramo Designação do Mestrado:

Comunicação. Redes e Tecnologias

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade
Lusófona do Porto no dia 30/06/2022, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof. Doutor Manuel Luís Bogalheiro Rocha
Fernandes (Professor Auxiliar da Universidade Lusófona do
Porto);

Arguente: Prof. Doutor Luís Miguel Nunes da Silva Loureiro
(Professor Auxiliar da Universidade do Minho);

Orientador: Prof. Doutor Rui Alberto Mateus Pereira (Professor
Associado da Universidade Lusófona do Porto).

Junho de 2022

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Dedicatória

Gostaria de dedicar este projeto à minha família, que sempre me apoiou e que me ajuda a viver essa experiência incrível em Portugal. Ainda que eles estejam do outro lado do oceano, sempre estiveram presentes, de alguma forma, em cada etapa desta jornada.

Agradecimentos

A minha família sempre foi o meu pilar principal. Por isso quero agradecer, primeiro, cada um deles - as pessoas que tornaram meus objetivos possíveis: ao meu pai, Luiz Claudio Silva Junior; à minha mãe, Sandra Cristina de Mendonça; e à minha irmã, Danielle Mendonça Silva. Obrigada por estarem sempre comigo nos momentos mais difíceis desta trajetória.

Em seguida, quero agradecer à segunda família que formei no Porto e a todas as pessoas que, de alguma maneira ou outra, fizeram parte da minha jornada em Portugal. Em especial: Jorge Souza Junior, Clara Lua, Francine Oliveira, Malte Kohler, Leonardo Campetti, Kenzo F. Oliveira e Paulo Jardel N. Mota.

Agradeço, também, aos meus colegas e professores da Universidade Lusófona do Porto pelo companheirismo de cada dia.

Gostaria de dedicar este projeto ao meu avô Luiz Claudio Silva, que hoje não está mais presente fisicamente, mas está em meus pensamentos e em meu coração. Que ele sinta orgulho de onde estiver. Gratidão pela dedicação, comprometimento, empenho, educação e amor que ele e toda a minha família me passaram durante a minha vida até este momento.

Dimensões políticas nos discursos institucionais sobre a pandemia (Bolsonaro e o SARS-COV-2 no Brasil)

Resumo

O projeto de pesquisa de conclusão do curso que se apresenta estuda a produção discursiva das instituições governamentais em relação à pandemia de 2020 e 2021, e o impacto desses discursos sobre uma parcela da população global, neste caso, no Brasil. Será abordada as dificuldades e o negacionismo que o Brasil está vivenciando com a gestão do chefe de Estado, Jair Messias Bolsonaro.

São tratados temas como: apoio inicial estratégico do Ministério da Saúde brasileiro nos primeiros dias de SARS-COV-2 e discursos sobre medidas que deveriam ser utilizadas no Brasil; impactos severos em relação à economia; o aumento da taxa de desemprego, devido a pandemia no Brasil; e a falta de empatia em discursos sobre a insuficiência de recursos para o SUS e hospitais particulares. O tema foi delimitado especificamente para o momento da pandemia do vírus Sars-COV-2 no Brasil. Para a elaboração do projeto foi importante provar a existência de um problema junto com o tema proposto. O problema que a dissertação elaborou para a realização da pesquisa foi: A demonstração do impacto negativo de discursos realizados pelas instituições governamentais sobre a população brasileira, já que o foco recai sob discursos e ações das entidades responsáveis pela gestão do Brasil.

Utilizam-se aproximações metodológicas qualitativas do domínio da análise do discurso e de recolha de estudos empíricos que ajudam a evidenciar os impactos negativos do discurso presidencial em relação à minimização da disseminação do novo coronavírus no Brasil, e como a população reage aos discursos e ações de um líder. Para tentar responder ao problema do projeto foi necessário utilizar alguns estudiosos para ter uma base consolidada e comprovar esta

teoria. São eles: Norman Fairclough, Thiago Calvacanti, Daniel da Mata, Nicolás Ajzenman, Michael Löwy e Herbert Paul Grice.

Palavras-Chave: Sars-COV-2, Crise, Discursos, Negacionismo, Isolamento.

Political dimensions in institutional discourses on the pandemic (Bolsonaro e o SARS-COV-2 in Brazil)

Abstract

The present course conclusion research project studies the discursive production of government institutions in relation to the 2020 and 2021 pandemic, referring to the impact of these discourses on a portion of the global population, in this case, in Brazil. On the difficulties and denialism that Brazil is experiencing with the administration of the head of state, Jair Messias Bolsonaro.

Topics such as initial strategic support from the Brazilian Ministry of Health in the early days of SARS-COV-2 and speeches on measures that should be used in Brazil were addressed; Severe impacts on the economy and the increase in the unemployment rate due to the pandemic in Brazil and the lack of empathy in speeches about insufficient resources for the SUS and private hospitals. The issue was specifically delimited for the moment of the Sars-COV-2 virus pandemic in Brazil. For the elaboration of the project, it was important to prove the existence of a problem, together with the proposed. The problem that the dissertation elaborated for the research was: To demonstrate the negative impact of speeches made by governmental institutions on the Brazilian population, since the project focuses on speeches and actions of the entities responsible for management Brazil.

Qualitative methodological approaches are used, from the domain of Discourse Analysis, and from the collection of empirical studies whose data are used to help to highlight the negative impacts in relation to minimizing the spread of the new coronavirus in Brazil, by presidential speeches, and how the population reacts to the speeches and actions of a leader. To try to answer

the project's problem it was necessary to use some scholars to have a consolidated basis to prove this theory, such as Norman Fairclough, Thiago Calvacanti, Daniel da Mata, Nicolás Ajzenman, Michael Löwy and Herbert Paul Grice.

Keywords: Sars-COV-2, Crisis, Discourse, Denialism, Isolation.

Índice

Dedicatória.....	V
Agradecimentos.....	VI
Resumo.....	VII
Abstract.....	VIII
1. Introdução, principais feixes teóricos e metodológicos e hipótese de partida.	14
2. Apoio inicial estratégico do Ministério da Saúde brasileiro nos primeiros dias de SARS-COV-2 e discursos sobre medidas que deveriam ser utilizadas no Brasil.	18
2.1. Conceito de Crise e a Crise da Covid-19 como Crise Pandêmica Global.	20
2.2. Dimensões Comunicacionais da “Crise” como Paradigma.	24
2.3. Tripartição de poderes dentro da Constituição Federativa do Brasil.	27
2.4. A República Federativa do Brasil, e o Presidente no quadro constitucional brasileiro.	29
2.5. Jair Messias Bolsonaro.....	32
2.6. Notas Gerais Sobre o Negacionismo e o negacionismo Bolsonaroista.	35
2.7. Primeiros dias de Sars-CoV-2 no Brasil e os Impactos.....	38
2.8. Discursos sobre o retorno da normalidade.	40
2.9. Pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro sobre o vírus após 80 dias	42
2.9.1. Discursos sobre os governadores.	43
2.9.2. Conspiração sobre o presidente.....	47
2.9.3. Ataque sobre a imprensa.....	48
2.9.4. Relativização sobre a quantidade de mortos.	50
2.9.5. Pronunciamento sobre a Cloroquina.	52
2.9.6. Falta de valorização sobre o Mistério da Saúde.	54
2.9.7. Demonstrações empíricas sobre a influência de discursos pronunciados e ações pelo Presidente durante a pandemia.....	56
3. Impactos severos em relação à economia e o aumento da taxa de desemprego devido a pandemia no Brasil.	59
3.1. Como os discursos pronunciados prejudicam na resolução do problema de saúde pública global e agravam a economia (Covid-19).	61
3.2. Atitudes governamentais em relação ao Isolamento social em massa.	64
3.3. Sobre o Auxílio Emergencial no Brasil.	65
3.4. Ampliação de programas governamentais para melhorar a economia.	67
3.5. Aumento da pobreza e falta de apoio do governo Jair Bolsonaro.....	70
4. A falta de empatia em discursos sobre a insuficiência de recursos para o SUS e hospitais particulares.	72

4.1	Pronunciamento sobre a superlotação de pacientes em hospitais públicos e privados.....	73
4.2	O debate sobre a falta de equipamento nos hospitais.	75
4.3	Discursos sobre a recusa na compra de vacina Pfizer.....	77
4.4	O negacionismo em relação a vacina no Brasil.....	79
5.	CONCLUSÃO.	82
	Referencias.....	84

QUADROS:

Quadro nº1: Estratégia de resposta à crise IRT (Timothy, 2011, p.32).....	23
---	----

GRÁFICOS:

Gráfico nº1: Sobre questionário realizado pelo DataFolha, 27 de maio de 2020 Fonte: Jornal Globo	61
--	----

Gráfico nº2: Sobre questionário realizado pelo DataFolha, 27 de maio de 2020 Fonte: Jornal Globo....	62
--	----

Gráfico 3: Sobre questionário realizado pelo DataFolha, 27 de maio de 2020 Fonte: Jornal Globo...	62
---	----

Gráfico 4: Aumento do desemprego na pandemia no Brasil, 23 de outubro de 2020, Fonte: Jornal Globo..	64
--	----

Gráfico 5: Taxa de recorde de desempregados no Brasil em setembro, 23 de outubro de 2020, Fonte: Jornal Globo.....	65
--	----

Gráfico 6: Variação da taxa de desemprego entre maio e setembro nos Estados, 20 de outubro de 2020, Fonte: Jornal Globo..	66
---	----

FIGURAS:

Figura nº1: Vista geral de casos confirmados em, Portugal, Estados Unidos, Rússia, Índia e China, 10 de janeiro de 2022, fonte: ourworldindata.org/covid-cases	21
---	----

Figura nº2: Vista geral de mortos por Sars-COV-2 em, Portugal, Estados Unidos, Rússia, Índia e China, 10 de janeiro de 2022, fonte: ourworldindata.org/covid-cases	21
---	----

Figura nº3: Twitter de Rui Costa em relação ao isolamento em massa no Brasil durante a pandemia, fonte: Twitter, 24 de março de 2020.....	48
---	----

Figura nº4: Twitter de Renato Casagrande em relação ao chefe de Estado do Brasil durante a pandemia, fonte: Twitter, 24 de março de 2020.....	49
---	----

Figura nº5: Twitter de Flávio Dino em relação ao chefe de Estado do Brasil durante a pandemia, fonte: Twitter, 24 de março de 2020.....	49
Figura nº6: Twitter de Fátima Bezerra em relação ao chefe de Estado do Brasil durante a pandemia, fonte: Twitter, 24 de março de 2020.....	50
Figura nº7: Pronunciamento após a sua demissão, fonte: Twitter, 16 de abril.....	59
Figura nº8: Declaração do ex-ministro sobre os efeitos colaterais da cloroquina, fonte: Twitter, 12 de maio de 2020.....	60
Figura nº9: Auxílio emergencial completo de 2021, fonte: G1, 23 de março de 2021.....	71
Figura nº10: Taxa de desemprego no Brasil em 2020 e 2021, fonte: G1, 11 de abril de 2021.....	74

Anexo

Anexo 1: Pronunciamento sobre a volta à normalidade.....	97
--	----

Índice de siglas:

CEPEDISA - Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário

DW – Made for Minds

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas

FSP - Faculdade de Saúde Pública

OIE - Organização Mundial para a Saúde Animal

OMS – Organização Mundial de Saúde

PEVD – Vírus da Epidêmica Suína

Sars-CoV-2 – Coronavirus

Sars-CoV - Síndrome da Diarreia Aguda suína

SUS – Sistema Único de Saúde

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

USP - Universidade de São Paulo

1. Introdução, principais feixes teóricos e metodológicos e hipótese de partida

A presente dissertação de mestrado constitui uma reflexão temática descritiva e, também, um ensaio crítico sobre as incidências da Covid 19 no Brasil e sua relação com a discursividade adotada perante a mesma pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro. Descreve-se a situação nos seus múltiplos aspectos: sociais, políticos, econômicos, sanitários... Para contextualizar o seguinte estudo, alguns pontos serão contemplados. Os recursos metodológicos, provenientes, sobretudo da Análise do Discurso, foram muito abertos, por opção própria, baseados na recolha dos indícios estatísticos que permitem colher uma imagem estatística dos diferentes aspectos da situação. Incidiu-se, para além desta recolha sistemática, num conjunto de autores que constituem, eles mesmos, pontos de vista teóricos e opções metodológicas, pelos caminhos que apontam em termos de Análise de Discurso.

O conceito do Sars-CoV-2 no Brasil, assim como a importância da contenção do mesmo e as categorias sobre temas que foram pontuados ao longo de pronunciamentos realizados sobre a pandemia, serão abordados. Verificaremos neste trabalho a resposta institucional que a população recebe sobre temas como: saúde, segurança e economia, notando quais são suas necessidades no período da pandemia, como as pessoas mudam de comportamento na falta de orientação sobre a gravidade do novo vírus. Para o mesmo, será examinado as medidas realizadas para a contenção do vírus.

Para auxiliar no entendimento da importância da comunicação, a dissertação terá como guia o estudo realizado pelo renomado linguístico britânico, Norman Fairclough, sobre “Discurso e Mudança Social”, que enfatiza a relação da comunicação com a sociedade e o quanto ela interfere nas ações das pessoas.

Abordando a linguagem de uma maneira diferente da comunicação tradicional falada e escrita, utilizando o termo “Discurso”, mantendo uma linha estreita de pensamento sobre a percepção da fala, Fairclough utiliza o estudo de Ferdinand de Saussure (1959) que acredita na comunicação linguística não acessível ao “estudo sistemático” (Fairclough, 1992, p. 90), por confiar que a linguagem é um ato individual, fazendo com que cada pessoa utilize a fala da maneira que deseja, de modo que não é possível prever as falas de cada indivíduo.

Com tal lógica, Saussure é questionado por outros estudiosos que não concordam com a linguagem individual, que justificam que a linguagem é social. O ponto de vista deles é que a linguagem pode ser utilizada de maneira mutável e sistemática, que muda conforme as

ações das pessoas com outras pessoas, assim, trabalhando de um modo coletivo, sendo que a utilização da linguagem de modo coletivo auxilia na mudança e nas atividades coletivas dentro de uma sociedade.

Seguindo o pensamento do Fairclough, a dissertação tem como objetivo analisar a linguística coletiva, de uma forma a não limitar a pesquisa apenas nos discursos individuais, mas em como a comunicação influencia de uma maneira coletiva, existindo três maneiras que mostram os aspectos dos efeitos no desenvolvimento dos discursos. Primeiro, auxiliando na construção de uma “identidade social” (Fairclough, 1992, p. 91); em seguida, ajuda a construir a empatia entre a relação social e as pessoas; e em terceiro lugar, os discursos interferem e auxiliam no desenvolvimento de conhecimento e “crenças” (Fairclough, 1992, p. 91). Dentro desse aspecto, Fairclough pontua que existem três funções da linguística, sendo, “identitária”, “racional” e “ideacional”.

Fairclough explica cada uma das funções como:

“A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso. a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas. a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relatos. As funções identitária e relacional são reunidas por Halliday (1978) como a função interpessoal. Halliday também distingue uma função 'textual' que pode ser utilmente acrescentada a minha lista: isso disse respeito a como as informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um plano secundário, tomadas como dadas ou apresentadas como novas, selecionadas como 'tópico' ou {tema}, e como partes de um texto se ligam a partes precedentes e seguintes do texto, e a situação social 'fora' do texto.” (Fairclough, 1992, p. 91).

Os discursos são construídos coletivamente, auxiliando na construção da sociedade com o conhecimento, relações sociais, crenças e identidade, sendo de extrema importância entender a relação do discurso e a estrutura social. Na dissertação se vê como o impacto do discurso pode alterar os pontos essenciais para a construção linguística em uma sociedade.

Nos seus estudos sobre Lógica Informal, Herbert Paul Grice sublinha a necessidade de clareza e inteligibilidade na conversação cotidiana. A par da lógica formal, existe a lógica informal, que perpassa para a comunicação corrente. Adquirem aqui uma especial importância “os casos de muitas inferências e argumentos, expressados na linguagem natural, e cuja validade haverá, no entanto, que admitir. Por conseguinte, deve abrir-se lugar a uma lógica não formalizada e, portanto, mais ou menos assistemática.” (Grice, 1991 [1967], pp. 512-3).

É desta lógica porosa que se faz a comunicação extra filosófica, ou não científica, que percorre todo o discurso corrente e político, assim como a conversação e a multiplicidade das suas formas e graus de influenciar o entendimento, sobretudo, no discurso público. Percebe-se melhor esse aspecto recorrendo à lógica informal de Grice e à sua noção de “implicatura convencional”: “o que uma pessoa disse encontra-se intimamente relacionado com o significado convencional das palavras [...] que proferiu. [...] Em alguns casos, o significado convencional das palavras usadas determinará aquilo que se implicou, para além de nos ajudar a identificar o que se disse” (Grice, 1991 [1967], p. 514).

Aquilo que está “implicado” no que se disse é muito importante, se pensarmos, ainda, na formulação da Lógica Natural de Grice, outro autor que enfatiza: “discursos em que um sujeito se dirige a outros sujeitos [...] situados no espaço e no tempo, sujeitos apanhados no seio de uma cultura, de onde resulta uma consequência absolutamente fundamental [...] a de que todo o discurso em língua natural pressupõe uma dimensão argumentativa [ou seja] que uma argumentação não é concebível fora de um contexto social”.

Grice (1992, p.2) introduz, ainda, o conceito de Modelo Mental no sentido [de] “representação organizada de objetos do mundo exterior ou de conceitos” [...], o que significa que não existem somente questões de objetos de pensamento, mas também o conjunto de laços que os unem, as articulações que existem entre eles. Prossegue Grice, com pertinência para este trabalho, sublinhado como “as representações mentais [...] são potenciais de ação. São funcionalmente eficazes numa dada sociedade, o que significa que elas dirigem, para cada um dos seus membros, a elaboração de modelos mentais que lhes servem para agir. Para além disso, numa dada sociedade e numa dada época, elas são relativamente estáveis [...]. Um indivíduo imerso num momento determinado no interior de uma sociedade é amplamente o reflexo das representações coletivas no seio das quais existe” (Grice, 1992, p. 3).

Convocar-se-á, ainda no plano teórico, a formulação de John Langshaw Austin (cf. Martins, 2004, p. 88), sobre os atos de fala, em especial os atos performativos ilocucionários (que fazem coisas com o fato de as disseerem) e os perlocucionários, capazes de induzir sugestivamente Estados emocionais e interpretativos no seu destinatário.

Sobre estes últimos, que consubstanciam o que pode ser uma análise dos fatores perlocucionários e ilocucionários do discurso presidencial de Jair Bolsonaro acerca da pandemia, precisamos ainda refletir na observação de Pierre Bourdieu, para quem a força dos atos ilocuinários não está apenas, nem sobretudo, na linguagem do enunciado, mas na

posição do enunciador, isto é, como disse Bourdieu (1987 [1982], pp.104-5), “a autoridade chega de fora à palavra”. Isto é tanto mais importante quanto as palavras aqui em análise proferidas pelo chefe de Estado.

Impõe-se, neste ponto de fundamentação teórica, uma palavra sobre o modo de funcionamento social do discurso. Disse-nos Eni Orlandi (Eni Orlandine, p. 95) que um:

“sujeito discursivo não realiza apenas atos. Se, ao Disseer, nos significamos e significamos o próprio mundo, ao mesmo tempo, a realidade se constitui nos sentidos que, enquanto sujeitos, praticamos. É considerada dessa maneira que a linguagem é uma prática; não no sentido de efetuar atos, mas porque pratica sentidos, intervém no real. Essa é a maneira mais forte de compreender a práxis simbólica. O sentido é história. O sujeito do discurso se faz (se significa) na/pela história. Assim, podemos compreender também que as palavras não estão ligadas às coisas diretamente, nem são o reflexo de uma evidência. É a ideologia que torna possível a relação/coisa. Para isso têm-se as” (Eni Orlandi, p.95).

Para o tema desta dissertação, todos esses contributos teóricos são fundamentais. Com a sua ajuda, entende-se que são discursos de grande importância para a sociedade, já que o tema é a orientação da contenção do vírus, em que o chefe de Estado utiliza a indução em seus pronunciamentos, influenciando as pessoas a continuarem com suas rotinas de trabalho, assim como utilização de medicamentos sem qualquer comprovação científica, causando um impacto significativo na propagação do vírus no Brasil.

Entende-se melhor como as comunicações oficiais encerram modalidades pelas quais orientam os receptores, especialmente, em casos em que estes estão abertos à interiorização da mensagem ou, dito de outro modo, em circunstâncias de vulnerabilidade relativamente ao discurso das autoridades numa situação de perigo sanitário geral, como o representado por uma pandemia fora de controle. É a esta luz que aqui se propõe a interpretação acadêmica da discursividade do Presidente Bolsonaro, na sua dimensão de uma influência especialmente perigosa e, como sugerem autores já citados, eventualmente dolosa.

A realização para pesquisa empírica ocorrerá, inicialmente, com um estudo em análise de discursos realizados pelo Presidente e governadores do Brasil, através de jornais, como BBC, Globo, Veja, DW e DataFolha, utilizando vários estudiosos para fundamentar as informações adquiridas através da imprensa, como, Norman Fairclough, Thiago Calvacanti, Daniel da Mata, Nicolás Ajzenman, Michael Löwy e Herbert Paul Grice.

A hipótese a verificar é, então, a seguinte: A existência de um forte impacto negativo de ações e discursos presidenciais sobre a população, os seus quadros mentais e comportamentais. Para além destes feixes teóricos, recorre-se ao estudo sobre

movimentações de populações em zonas “bolsonaristas”, comparativamente com outras regiões do país, realizado por Cavalcanti (2021), em que esta correlação parece poder estabelecer-se com pouca margem para dúvidas, independentemente de outras variáveis circunstanciais que não cabe analisar em sede de uma dissertação de mestrado, como a presente. O objeto empírico central é o estudo de mobilidade das pessoas em zonas pró-Bolsonaro. Efetivamente, esse é o elemento de sustentação de toda a tese.

Metodologicamente, seguir-se-ão procedimentos analíticos do Discurso, incidindo, nomeadamente, e numa perspectiva qualitativa, sobre as problemáticas do Discurso de Crise e aproximações de ordem quantitativa quanto à situação socioeconômica e sanitária das populações. Destacar-se-á o estudo que demonstrou como a intervenção presidencial, nas zonas de maior incidência de apoio ao Presidente, tornou mais ineficazes as medidas de combate à pandemia. Nas conclusões, relativizaremos, disseando que esse estudo não permite por si só uma corroboração cabal da hipótese, mas constitui um indício muito forte na sua sustentação. Conjugada com os aspetos teóricos desenvolvidos, permite apresentá-la de um modo fundamentado em sede de investigação de Mestrado.

2. Apoio inicial estratégico do Ministério da Saúde brasileiro nos primeiros dias de SARS-COV-2 e discursos sobre medidas que deveriam ser utilizadas no Brasil

Contexto e conceito da pandemia no Brasil.

Para iniciar o projeto, é importante contextualizar a doença Sars-CoV-2 e como o Ministério da Saúde lidou com a sua chegada ao Brasil.

De acordo com o Ministério da Saúde, o novo coronavírus surgiu em Wuhan na China, onde animais portadores do novo vírus o transmitiram (Sars-CoV-2) para a população local. Assim, o Sars-CoV-2 provoca a Covid-19, que é, ao que tudo indicia, uma zoonose, i.e., uma doença que se transmite dos animais para o ser humano, e que se espalha com extrema facilidade entre as pessoas. Os sintomas são parecidos com os de uma gripe, tornando mais difícil a identificação. O vírus reage de maneira diferente em cada pessoa pela questão do sistema imunológico e suas condições de saúde. Muitas pessoas contraem o vírus e são assintomáticas, ou seja, não sentem os efeitos do Sars-CoV-2, enquanto outras podem ter inúmeros sintomas e problemas respiratórios, e em casos extremos pode causar a morte.

Atualmente, o Sars-CoV-2 está sendo um problema de saúde pública global pela facilidade que ele se espalha e afeta a população de forma drástica. Em 28 de março de 2021, temos um número alarmante de casos confirmados no Brasil, causando um total de 360,06

mil contaminados e 12 mil mortos diariamente nesse período, ficando em terceiro lugar em relação a países como: Portugal, Estados Unidos, Rússia, Índia e China, conforme o gráfico abaixo:

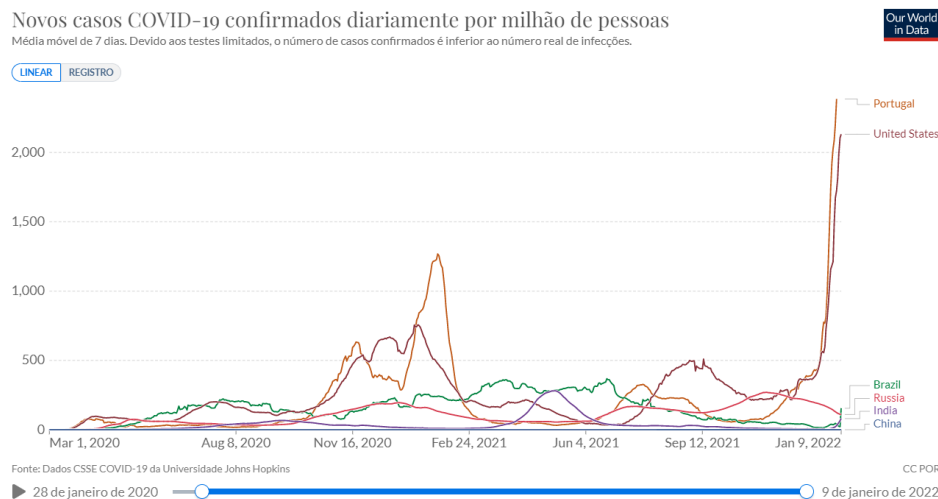


Figura nº1: Vista geral de casos confirmados em, Portugal, Estados Unidos, Rússia, Índia e China, 10 de janeiro de 2022, fonte: <https://ourworldindata.org/covid-cases>.

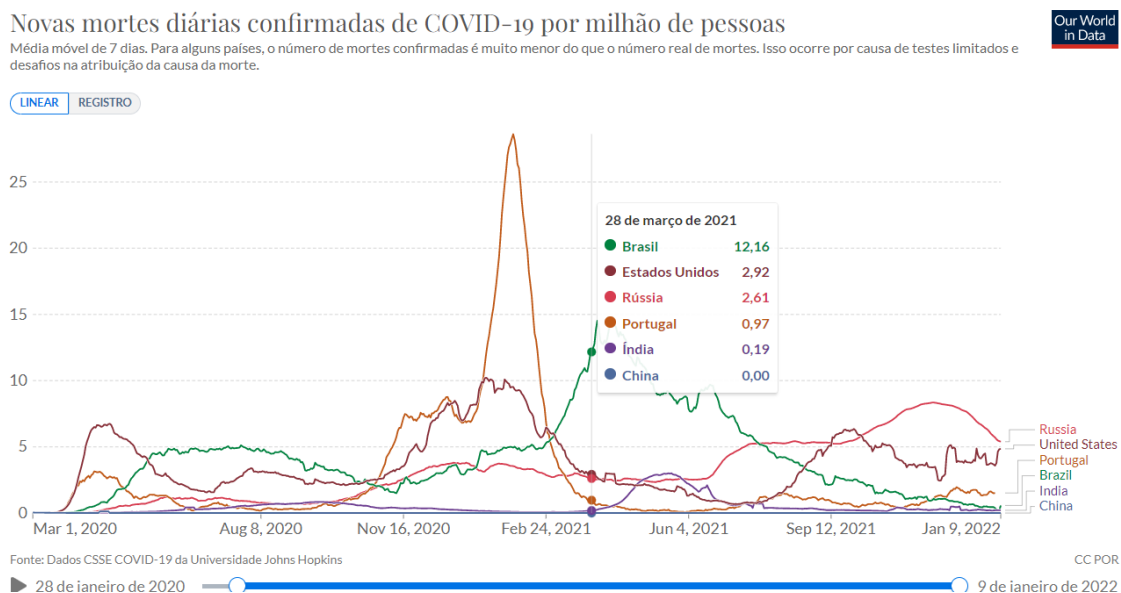


Figura nº2: Vista geral de mortos por Sars-COV-2 em, Portugal, Estados Unidos, Rússia, Índia e China, 10 de janeiro de 2022, fonte: <https://ourworldindata.org/covid-cases>.

O Brasil se encontra em 3º lugar em relação à quantidade de contaminados; em 4º lugar em relação a mortos em comparação a outros países entre o período de janeiro de 2020 até janeiro de 2022. A questão é entender quais são as estratégias que o governo brasileiro está

utilizando para conter ou diminuir estes números tão altos. Para isso, precisamos investigar o início do vírus no Brasil.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), as orientações para a contenção do Sars-CoV-2 são a realização do isolamento social em massa, utilização de máscaras em público, lavar as mãos constantemente e o fechamento de comércios não essenciais. Segundo o Ministério da Saúde, foram utilizadas as mesmas medidas recomendadas pela OMS, porém, discursos e ações do Presidente Jair Bolsonaro são contraditórios em relação às recomendações de saúde pública.

Na obra “Discurso e Mudança Social”, Norman Fairclough (2016) sublinha o poder que um discurso ou fala pode ter nas opiniões e ações de pessoas, acreditando que existem categorias que poderiam ser divididas em dois grupos, abordagens não-críticas e críticas.

“As abordagens críticas diferem das abordagens não-críticas não sendo apenas uma descrição das práticas discursivas. Mas também ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença”. (Fairclough, 2016, p.31).

Ou seja, de acordo com Fairclough (2001), discursos e ações podem exercer grande influência em um indivíduo. O Presidente exerce um poder político que pode movimentar grandes ações através de seus pronunciamentos, como ocorreu ao longo da pandemia.

Precisamos analisar e entender as consequências de algumas falas e ações em relação a uma sociedade no meio de uma pandemia. Para isso, é necessário entender a ocasião de cada momento no Brasil. Sendo, portanto, necessário analisar as aglomerações realizadas pelo Presidente; os discursos sobre o fim do isolamento em massa, o negacionismo sobre a vacina, que agravou o aumento do número de mortos e contaminados no Brasil; e a falta de planejamento na contingência do novo coronavírus.

2.1. Conceito de Crise e a Crise da Covid-19 como Crise Pandêmica Global

A sociedade se desenvolveu de maneira muito rápida nos últimos 100 anos, e isso se deve a super industrialização, que permite explorar novas tecnologias e desenvolver ferramentas para auxiliar a humanidade, porém, essa evolução rápida pode trazer alguns riscos para a sociedade.

O sociólogo alemão Ulrich Beck, na obra, que talvez seja a mais importante de sua carreira, “La sociedade del riesgo”, de 1986, pontua as modificações contemporâneas em relação ao processo de trabalho e quais os riscos que a sociedade sofre com essas

transformações, além de mostrar um ponto de vista essencial para entender o processo que a natureza passa com a industrialização e com a interferência humana; “reverso da natureza socializada das destruições de natureza, sua transformação em ameaças sociais, econômicas e políticas do sistema de sociedade mundial super industrializado.” (Beck, 1986, p.7).

A sociedade interfere na natureza de forma exploratória, sem entender os riscos que as mudanças podem gerar no mundo, sendo essa uma ameaça à cultura natural, à mudança na forma de vermos os alimentos, à globalização da poluição e à transformação da vida em sociedade de forma negativa, em que acontecem inúmeros fatores que afetam a vida do ser humano, tais como governos instáveis, problemas nos setores de saúde, economia, cultura, ciência e política.

Enquanto a indústria interferir na sociedade, é possível observar que “a ‘Lógica’ de produção de riqueza domina a ‘Lógica’ de risco” (1986, p.13), ou seja, os produtos produzidos perdem a sua essência dentro dos processos da modernização e nota-se um crescimento de poder nos avanços realizados, como pontua Beck: “Vê-se o ganho em poder do ‘progresso’ técnico-econômico cada vez mais obscuro pela produção de risco. Estes podem ser legitimados como ‘efeitos colaterais latentes’ apenas em um estágio inicial.” (Beck, 1986, p.13).

A modernização traz riscos que não são perceptíveis dentro da sociedade, causando um impacto negativo nas plantas, animais e seres humanos. Beck pontua que o risco no Século 19 era no sentido comercial e profissional, mas quando começa a falar no Século 20, o risco se transforma em uma “tendência globalizada”(1986, p.13), que é interferir de maneira drástica no meio ambiente e não respeitar as limitações dos Estados nacionais, trazendo mudanças globais importantes para o ser humano e criando novas ameaças, que neste contexto, “são supranacionais e não específicas de classe e possuem novas dinâmicas sociais e políticas” (1986, p. 13).

Neste processo em que a modernização global influencia no ambiente do ser humano, de acordo com Beck, esse processo liberou também forças destrutivas em que a sociedade não percebeu e não entendeu o verdadeiro risco que a afetava, como exemplo, o problema de saúde global que estamos vivendo em 2020 e 2021; muitos países se encontram em colapso e em risco, gerando problemas nos setores de saúde, política e economia, trazendo consequências para a vida humana.

Um exemplo que Beck utiliza é quando Colombo foi descobrir novos continentes e países, entendendo que existia “risco”, porém, esse tipo de risco só prejudicaria a ele mesmo,

não é como a situação de risco global, que ameaça a vida humana, como o vírus Sars-CoV-2, que é uma consequência da modernização global.

“Mas era sobre riscos pessoais, não situações globais ameaças que surgem para toda a humanidade da fissão nuclear ao armazenamento atômico de lixo. A [significação que a] palavra “risco” tinha no contexto daquele (Colombo) era a conotação de coragem e aventura, não a possível autodestruição da vida na Terra.” (Beck, 1986, p. 20).

Segundo Beck, no século 19 o risco poderia ser atributo à falta de higiene e de tecnologia, porém, no século 20, após a chegada da industrialização moderna, nota-se uma demanda enorme de produção para atender as necessidades de uma sociedade, sendo assim uma super produção industrial. O excesso dessa super produção traz riscos drásticos para a sobrevivência da espécie humana.

É notável como a industrialização moderna rápida mudou a vida humana. Em um estudo de Anjo Luís Lara, sobre “Casualidade da pandemia, qualidade da catástrofe” de 2020, mostra-se de maneira tangível o que Beck pontuava sobre as consequências da super industrialização. Segundo o autor, a pandemia não pode ser encarada como um problema isolado, sendo que existe uma história, contexto social, econômico e político, que permitem que esse tipo de crise de saúde pública aconteça.

Em 2016, a cidade de Guangdong, sul da China, já mostrava um problema em relação à criação de leitões em fazendas da região, quando começaram a adoecer com uma forte diarreia, que foi chamada de vírus da epidêmica suína (PEDV), “um coronavírus que afeta as células que revestem os intestinos delgados dos porcos” (2020, p.1). Porém, após quatro meses, os leitões continuaram morrendo, mesmo não testando mais positivo para PEDV. Era uma doença nova, uma doença totalmente desconhecida, então denominada Síndrome da Diarreia Aguda Suína (SADS-CoV).

A doença causou 24 mil mortes de leitões até maio de 2017, o que trouxe enormes danos na região de Guangdong. Pesquisadores de virologia dos EUA pontuaram em um estudo que o morcego é o animal com maior nível de coronavírus no mundo. Mas qual a relação entre os morcegos e os leitões? Segundo Luís Lara, após um ano, os chineses realizam um estudo no qual enfatizam a possibilidade de um novo vírus ser transmissível para os seres humanos. Ainda no mesmo estudo é evidente o aumento do agronegócio na criação de gado. Grandes empresas começaram a adquirir novas terras em espaços silvestres para a ampliação da criação bovina, causando uma interferência na fauna e no comportamento dos animais que habitavam a região, como os morcegos.

Pontuando que a intensidade da atividade agropecuária aumenta as chances de contato do gado com os animais silvestres, isso se deve à grande demanda e devastação intensa da fauna, trazendo um grande risco de novas doenças causadas pelos animais. “Entre os autores deste estudo está Zhengli Shi, principal pesquisadora do Instituto Wuhan de virologia, a cidade em que o atual SARS-CoV2 se originou, cuja cepa é 96% idêntica ao tipo de coronavírus encontrado em morcegos através da análise genética.” (Anjo Luis Lara, 2020, p.1).

Em 2004, a Organização Mundial de Saúde (OMS) junto com a Organização Mundial para a Saúde Animal (OIE) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), notaram um aumento na demanda por alimentos de origem animal e como se tornou extremamente intensa, tendo como consequência a possibilidade de resultar em doenças zoonóticas desconhecidas que são transmissíveis para humanos, como já aconteceu em alguns momentos ao longo da história. A questão que Luís Lara pontua em seu estudo é como o aumento da demanda por produto animal e a agropecuária exercendo uma pressão industrial podem resultar em um aumento mundial de infecções novas, prejudicando os pequenos agricultores e permitindo a contaminação de novas doenças para os humanos.

Hoje, a China é uma das maiores produtoras de gado no mundo, sendo que com a intensificação e aumento da demanda, a quantidade de bovinos triplicou entre 1980 e 2010, realizando uma macro exploração por terra para expandir o agronegócio, o confinado de bovinos a espaços limitados, tudo para atender as necessidades da humanidade que se alimenta de proteína animal.

Como pontua Luís Lara:

“Como lembra Silvia Ribeiro, pesquisadora do Grupo de Ação sobre Erosão, Tecnologia e Concentração (ETC), organização internacional focada na defesa da diversidade cultural e ecológica e dos direitos humanos, a China é a máquina do mundo. A crise divulgada pela atual pandemia COVID-19 só tira seu papel na economia global, particularmente na produção industrial de alimentos e no desenvolvimento de pecuária intensiva. Apenas a Mega Farm da Cidade de Mudanjiang, uma macrograx localizada no nordeste da China que abriga cem mil vacas cuja carne e leite vão para o mercado russo, é 50 vezes maior que a maior fazenda de carne bovina da União Europeia.” (Anjo Luis Lara, 2020, p.2).

A China é um grande potencializador da indústria bovina, que por consequência aumenta a probabilidade de surgimento de novas doenças através dos animais. As epidemias são o resultado dessa intensa urbanização, uma vez que a partir do momento em que o ser humano interfere na fauna alterando o seu ciclo natural, novas doenças vão surgir.

O que Luís Lara aponta é que se não houvesse a interferência humana na natureza e nos animais, provavelmente não existiriam algumas doenças, como a que estamos vivendo em 2020 e 2021, a Covid 19, provocada pelo Sars-CoV-2.

2.2. Dimensões Comunicacionais da “Crise” como Paradigma

A comunicação é extremamente importante, principalmente quando falamos sobre as dimensões dos discursos de um líder que pode influenciar nas atitudes dos indivíduos, bem como em suas ações, posicionamentos e falas. É necessária uma análise para compreender como um problema de saúde global impacta na comunicação em relação à crise que estamos vivendo em 2020 e 2021.

Segundo W. Timothy Coombs e Sherry J. Holladay, em “The Handbook of Crisis” procuram contribuir para aclarar como a disciplina de comunicação de crise pode auxiliar no entendimento teórico sobre os impactos da comunicação em situações de crise social.

De acordo com Timothy Coombs, na situação de crise gera-se “a percepção de um evento imprevisível que ameaça as expectativas importantes das partes interessadas e pode impactar seriamente o desempenho de uma organização e gerar resultados negativo” (2011, p. 19), ou seja, as organizações podem ter várias crises, porém, não sabem quando irão acontecer.

Uma analogia que Coombs estabelece é entre a crise e o terremoto, na região da Califórnia, cuja população sabe que é possível um terremoto acontecer, mas não faz ideia de quando vai ocorrer. A crise é, assim, uma: “anomalia porque viola o que as partes interessadas esperam. Considera-se a seguinte expectativa das partes interessadas: Os trens não devem descarrilar, o leite não deve fazer mal as crianças...” (Timothy, 2011, p. 20).

São essas “anomalias” percebidas pelo ser humano, mídia e partes responsáveis que, por serem incomuns, se tornam uma crise, como o momento que estamos vivenciando nestes últimos anos com o vírus Sars-CoV-2. O mundo já passou por crises pandêmicas, porém, ninguém estava preparado para a chegada do novo vírus. Nesse sentido, as mídias se destacaram por serem porta-voz da população e uma ligação entre esta e os seus dirigentes. A comunicação dos líderes diante de uma crise global é de extrema importância para a orientação e informação sobre as melhores medidas a serem tomadas no país.

A comunicação é essencial em um momento de crise, pois acentua a necessidade de informação, sendo que a comunicação é o melhor meio para realizar o processo de recolha das informações e para partilhar com outras pessoas.

Como descreve Timothy Coombs: “A comunicação é a essência da gestão de crises. Uma crise ou ameaça de crise cria uma necessidade de informação. Por meio da comunicação, a informação é coletada, processada em conhecimento e compartilhado com outras pessoas” (Timothy, 2011, p. 25).

Assim, a comunicação se torna indispensável, permitindo compartilhar informações e tornando-se uma excelente forma de organização populacional quando tratamos de uma crise.

Coombs pontua que há dois tipos de comunicação em uma crise: a “gestão de conhecimento de crise” e a “gestão das partes interessadas” (2011, p.25). Quando se fala na gestão de conhecimento se refere a busca da informação sobre a crise, verificar as fontes dessa informação, compartilhar e encontrar uma solução. E quando se trata das partes interessadas, se refere a parte interna, onde demanda uma organização nas ações e falas para induzir como as partes de interesse reagem à crise e obter respostas.

É de extrema importância, na fase inicial de uma crise, uma resposta e um posicionamento rápido, já que a comunicação rápida em uma crise pode determinar qual o resultado do impacto da mesma. No caso do vírus Sars-CoV-2, é necessário ter uma resposta rápida das organizações para que o novo vírus tenha um impacto menor na população. “A razão é que o como e o que uma organização comunica durante uma crise tem um efeito significativo sobre os resultados da crise, incluindo o número de lesões e a quantidade de danos à reputação sofridos pela organização” (Timothy, 2011, p. 28).

Mas qual ação estratégica tomar em frente à uma crise?

Timothy Coombs pontua alguns pontos essenciais para se seguir diante de uma crise, utilizando-se da teoria da restauração de imagem (IRT), criada por William Benoit, com o objetivo de direcionar a comunicação e melhorar de forma positiva a reputação organizacional da comunicação. Assim, foi criada uma lista com a ajuda do IRT, para auxiliar nas estratégias em uma crise.

Tabela 1.1. IRT crisis response strategies.

Denial

- Simple Denial: did not do it
- Shift the Blame: blame some one or thing other than the organization

Evading responsibility

- Provocation: response to someone else’s actions

- Defeasibility: lack of information about or control over the situation
- Accidental: did not mean for it to happen
- Good intentions: actor meant well

Reducing offensiveness

- Bolstering: remind of the actor's positive qualities
- Minimize offensiveness of the act: claim little damage from the crisis
- Differentiation: compare act to similar ones
- Transcendence: place act in a different context
- Attack Accuser: challenge those who say there is a crisis
- Compensation: offer money or goods
- Corrective Action: restore situation to pre-act status and/or promise change and prevent a repeat of the act
- Mortification: ask for forgiveness; admit guilt and express regret

Quadro nº1: Estratégia de resposta à crise IRT (Timothy, 2011, p.32)

Dessa forma, é comprovado os pontos estratégicos que ocorrem ao longo de uma crise em relação à comunicação, elucidando sobre pontos importantes e como reagimos diante de uma crise. Em vários pontos da tabela percebe-se uma semelhança com a comunicação do chefe de Estado do Brasil, ao longo da pandemia, evidenciando em seus discursos a minimização do Sars-CoV-2, negação, mudança de responsabilidade e outros pontos estratégicos.

Assim, podemos ver uma reação negativa do chefe de Estado do Brasil em relação a como realizar a comunicação de orientação para a minimização do Sars-Cov-2, bem como: negação simples, transferência da culpa, provocação, revogabilidade, accidentalidade, diferenciação, transcendência e a compensação.

Com isso, é possível entender a importância da comunicação, principalmente quando se trata de um líder orientando a população em uma crise, e os impactos que ela pode carregar com resultados positivos e negativos.

Seguindo o estudo realizado por Ulrich Beck, mencionado anteriormente, a rápida urbanização potencializa a probabilidade de uma sociedade entrar em crise, ao tornar comum a natureza socializada, que é a exploração de recursos e expansão empresarial. A modernização, quando se iniciou no século 20, tinha uma perspectiva e ocorreu de uma maneira em que a natureza precisava ser explorada e dominada.

Atualmente, no século 21, a forma como o consumo é realizado se tornou preocupante, esgotando os nossos recursos naturais de forma mais acelerada, nos perdendo na nossa própria evolução industrial.

Como já tinha mencionado Beck, uma certa forma de ordem natural se extinguiu sendo integrada nas “premissas e princípios de funcionamento da sociedade industrial” (1986, p.10). Ressalta, ainda, como nos prejudicamos e nos encurralamos com a modernização por causa dos problemas que geramos através da rápida industrialização. Ele pontua, também, que é necessário a sociedade perder a inocência de como funciona o processo de modernização. Nota-se uma grande força no tocante à dominação de poder no século 21 em relação à natureza, colocando em risco uma fauna inteira, podendo trazer consequências irreversíveis e colocando em risco a continuidade do ser humano na Terra.

A super modernização causa uma produção social que tem como objetivo atender a grande demanda da sociedade, que vem acompanhada por uma “produção social de risco” (Beck, 1986, p. 18), o que explica os problemas que enfrentamos na sociedade em relação à modernização; os “conflitos de distribuição da sociedade carente são substituídos pelos problemas e conflitos decorrentes da produção”. (Beck, 1986, p.18)

Com isso, conclui-se que a comunicação é fundamental para auxiliar em um momento de crise, tanto quanto o seu caráter maciço, o qual é resultante de uma super modernização e um consumo intenso para atender às demandas das sociedades, colocando em risco a vida humana, animal e vegetal, sem avaliar previamente as consequências que a modernização pode trazer.

2.3 Tripartição de poderes dentro da Constituição Federativa do Brasil

O Brasil é constituído de uma estrutura dos poderes do Estado democrático, subdividido em Executivo, Legislativo e Judiciário. Essa estrutura surgiu após um momento conturbado e difícil no Brasil, que tinha acabado de sair do regime ditatorial, que se iniciou em 1964, conhecido também como a Ditadura Militar, sendo um período em que inúmeras pessoas foram torturadas e mortas.

De acordo com o estudo realizado por Eduardo Henrique, sobre “Tripartição dos poderes: a estrutura dos poderes do estado democrático de direito brasileiro, adotado pela constituição federal de 1988”, em 2019, o Brasil vivenciou uma forte opressão militar, sendo um período conturbado, em que a censura e a tortura eram utilizadas para controlar a população brasileira, e teve o fim quando foi promulgada a Constituição em 1988, revivendo a

democracia no país. Contudo, a criação da Constituição brasileira se iniciou em 1985 e 1986, “com o restabelecimento dos votos diretos para a Presidência da República, permitindo o voto para os analfabetos e outros.” (Henrique, p.15, 2019).

Com os feitos realizados, os congressistas se reuniram para elaborar a Carta Magna, que é, em síntese, a elaboração da Constituição Federal de 1988, em que pontuaram os “deveres e obrigações dos cidadãos brasileiros” (Henrique, p.15, 2019). De acordo com o Art.2, mostra-se claramente os preceitos da separação dos poderes “Art. 2. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.” (Constituição Federal, 5 de outubro de 1988).

Henrique pontua o filósofo Montesquieu, na obra “O Espírito das Leis”, em que explica a teoria da separação de poderes, o qual a Constituição Federal de 1988 utilizou como base para ser elaborada e realizar a divisão dos poderes. Montesquieu, em sua obra, defende a ideia de separação de poderes para não acontecer soberania absoluta, colocando em ordem o poder a partir da divisão entre Executivo, Legislativo e Judiciário, impondo, assim, um limite de poder dentro de cada divisão.

Com base na obra de Montesquieu, os constituintes do Brasil resolveram adaptar a constituição a essa divisão de repartições, em que não haveria soberania total e existiria a limitação de poderes, sendo assim, organizada de maneira estratégica e segura a democracia do Brasil, que tinha acabado de passar por um período pós-regime militar.

Montesquieu descreve os três poderes como:

“O Legislativo faz as leis para algum tempo ou para sempre, e corrige ou aborda as que estão feitas; o Judiciário pune os crimes ou julga as demandas dos particulares; e o Executivo, sendo o restante poder, exerce as demais funções do Estado, a administração geral do Estado, constituindo-se por isso no executor das leis em geral.” (Montesquieu, 2004, p. 134).

Essa divisão foi essencial, sendo que cada poder poderia atuar dentro dos seus limites, permitindo, assim, a vivência em sociedade com uma certa liberdade e não permitindo que um poder se imponha sobre outro poder. De acordo com a Carta Magna de 1988, os poderes precisam responder às suas respectivas responsabilidades, sendo que não são responsáveis pelos problemas fora de suas áreas de ação.

Seguindo o pensamento de Montesquieu, o poder legislativo é o único que tem a representatividade do povo, através dos Deputados e Senadores, os quais são escolhidos pelo voto, devendo representar a população. Por esse mesmo caminho, ele afirma que se os poderes começarem a invadir o espaço dos outros, isso poderá ter consequências graves e prejudicar o trabalho de todos e a vivência coletiva. Ele pontua, então, a real importância de

cada poder ter a possibilidade de ser livre para desafiar outros poderes, mas de modo funcional.

Explica o terceiro poder, o Judiciário, como uma forma de analisar a sociedade no geral, para verificar se se estão cumprindo todas as leis propostas pela Constituição, sendo de extrema importância essa consolidação do poder judiciário, trazendo a solução de conflitos entre a sociedade e o Estado.

2.4 A República Federativa do Brasil, e o Presidente no quadro constitucional brasileiro

Para esta dissertação é importante evidenciar o papel do Presidente no quadro constitucional brasileiro, para entender as funções e obrigações que são necessárias para manter o país em ordem.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE):

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil” (cf. Tribunal Superior Eleitoral, 5 de outubro de 1988).

A República Federativa do Brasil, de acordo com o Art.1º da Constituição Federal, é a união indestrutível dos Estados, municípios e do Distrito Federal, que se constrói em um Estado Democrático de Direito e com princípios de:

“I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.” (Constituição Federal, 5 de outubro de 1998).

O Brasil dispõe de 26 Estados e o Distrito Federal, no total constituindo 27 unidades federativas, sendo que o Distrito Federal é a capital do país e sede do Governo. No Brasil, o Estado é laico, pelo que Estado e religião estão separados, ou seja, não existe influência de correntes religiosas nas políticas dos Estados.

De acordo com a Constituição brasileira, o Presidente da República é eleito para um mandato de quatro anos, em que suas funções específicas são atribuídas pela Constituição

Federal, como cabendo-lhe “as tarefas de chefe de Estado, de governo e de comandante das Forças Armadas” (Constituição Federal, 5 de outubro de 1988). O site do Governo brasileiro explica que o Presidente é o representante público com maior autoridade e o principal porta voz da população em um país. Também realiza a aprovação ou rejeição das leis aprovadas pelo Congresso, e o Presidente pode propor novas emendas à Constituição e projetos que serão analisados por senadores e deputados, como, por exemplo, a criação e fim de ministérios, criação de universidades federais e cargos na área administrativa federal.

De acordo com o artigo de Roberta Amaral, sobre “Os três poderes e suas principais finalidades no ordenado jurídico brasileiro”, em 2018, disponível no portal JUS, como mostra no Art.84 da Constituição Brasileira (5 de outubro de 1988):

“(…)VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional; (…)

XIV - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores;(…)

XV - nomeação de um terço dos membros do Tribunal de Contas da União;

XVI - nomear os magistrados;(…)

XVIII - convocar e presidir o (...) Conselho de Defesa Nacional;(…)

XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele,

XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI - conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente” (cf. JUS, Amaral, p1, 2018)

É também dever do Presidente da República, entregar anualmente:

“O planejamento, gastos e previsões orçamentárias ao Congresso. Na mensagem e plano de governo, enviados por ocasião da abertura da sessão legislativa, em fevereiro, ele expõe a situação do País e indica as providências a serem tomadas. Além disso, precisa prestar contas anualmente ao Parlamento.” (cf. GOV, 1 de janeiro de 2019).

Além de deter o poder de decretar intervenções Federais nos Estados, realizar declarações de guerra com outros países em caso de ameaça ou de celebrar a paz, desde que o congresso nacional aprove, é também dever do Presidente manter relações diplomáticas

com chefes de Estado de outros países, reuniões e atos internacionais, sendo responsável pela nomeação dos comandantes das forças armadas.

Amaral pontua que sobre esses direitos, o “chefe de Estado, ainda tem direito como chefe de Governo, com continuidade da mesma disposição legal” (cf. JUS, Amaral, p1, 2018), Art.84 da Constituição Federal (5 de outubro de 1988), que são:

“I - nomear e exonerar os Ministros de Estado ;(...)

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;(...)

IX - decretar o Estado de defesa e o Estado de sítio;

X - decretar e executar a intervenção federal;

XI - remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XIII - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;

XIV - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, (...) os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;(...)

XVIII - convocar e presidir ao Conselho da República;(...)

XXIII - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Constituição;

XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;(...)

XXVII - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Por último, com base no artigo mencionado segue as atribuições do Chefe da Administração Federal (BRASIL, 1988, online), que são:

(...)II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção

superior da administração federal;(...)

VI - dispor, mediante decreto, sobre: a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;(...)

XVI - nomear o Advogado-Geral da União;(…)

XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;” (cf. JUS, Amaral, p1, 2018)

É importante ressaltar o papel que o Art. 84 da Constituição Federal Brasileira contribui para a democracia, trazendo deveres e direitos ao Chefe do Estado que, de acordo com Amaral, podem ser aplicáveis aos outros Chefes do Executivo, como, Prefeitos e Governadores.

Para conseguir se candidatar ao cargo de Presidente, a Constituição estipula alguns requisitos que devem ser cumpridos, a saber:

“ser brasileiro nato; ter a idade mínima de 35 anos, completos antes do pleito; ter o pleno exercício de seus direitos políticos; ser eleitor e ter domicílio eleitoral no Brasil; ser filiado a uma agremiação ou partido político e não ter substituído o atual presidente nos seis meses antes da data marcada para a eleição.” (Constituição Federal, 5 de outubro de 1988).

Nota-se, portanto, que se trata de um regime presidencialista, no qual, por consequência, o Presidente tem funções essenciais para governar e orientar a população, sendo-lhe estipulados requisitos básicos para exercer o cargo de chefe do Estado.

2.5 Jair Messias Bolsonaro

As eleições no Brasil em 2018 deixaram a população dividida. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Bolsonaro foi eleito em outubro de 2018 com “57.797.847 dos votos, 55,13% do eleitorado brasileiro, pela Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL/PRTB)” (cf. Gov, 1 de janeiro de 2019). Jair Bolsonaro foi Capitão do Exército Brasileiro, Nioaque (MS), entre 1979-1981, e em 1988 se candidatou a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, onde conseguiu um cargo legislativo. Após dois anos, conseguiu ingressar no cargo de Deputado Federal da cidade, que manteve durante 7 mandatos, um período de 27 anos, na condição de Deputado Federal na cidade do Rio de Janeiro.

Em seu mandato como Deputado, Jair Bolsonaro destacou-se como um defensor dos direitos militares ativos, inativos e pensionistas, participando e motivando os movimentos militares, o que se deve a sua formação superior na área militar em: “Formação de Oficiais, Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Resende, RJ, 1977; Paraquedismo Militar, Brigada Paraquedista, Rio de Janeiro, RJ, 1977; Educação Física, Escola de Educação Física do Exército, Rio de Janeiro, RJ; Mestre em Saltos, Brigada Paraquedista, Rio de Janeiro, RJ,

1983; Mergulho Autônomo, Corpo de Bombeiros, Rio de Janeiro, RJ, 1985; Aperfeiçoamento de Oficiais, ESAO, Rio de Janeiro, RJ, 1987.” (cf. GOV, 1 de janeiro de 2019).

Ao longo de sua carreira política, Jair Bolsonaro defendeu a utilização de armas para cidadãos sem antecedentes criminais, a diminuição da maioria penal, incentivou a proposta para tornar obrigatório os votos impressos no Brasil, acreditando que tornaria mais confiável o processo das eleições e sempre evidenciando os valores do cristianismo e da família brasileira.

Para entendermos melhor o motivo de o Brasil ter se dividido nas eleições de 2018, precisamos analisar algumas ações que propagaram ao longo das eleições. Segundo o site da BBC em 2018, as eleições, ao longo de 14 anos, foram entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Nas eleições de 2014, já estava evidente a divisão entre petista e antipetista:

“De um lado, há os que se ressentem da prisão do ex-presidente Lula e culpam as forças de direita pelo impeachment de Dilma Rousseff. De outros que acreditam que o declínio econômico e a corrupção sistêmica no Brasil são responsabilidade do PT” (cf. BBC, 7 de outubro de 2018).

Evidencia-se uma polarização, um país dividido, com expectativas de mudança. Nas eleições do segundo turno, em 2018, foi realizada uma pesquisa pela DataFolha, divulgada no dia 6 de outubro de 2018, segundo a qual Bolsonaro do (PSL/PRTB) e Haddad do (PT) chegariam ao segundo turno das eleições com uma porcentagem maior de rejeição do que de votos: “O candidato do PSL, que aparece com 40% das intenções de voto no primeiro turno, tem 44% de rejeição. Já Haddad tem 25% das intenções de voto e 41% de rejeição” (cf. Datafolha, 6 de outubro de 2018).

Ainda na mesma pesquisa, mostra-se que a maioria dos apoiadores do Bolsonaro eram homens, brancos, do Centro-Oeste, Sul e Sudeste, com um padrão de escolaridade e de renda alta.

Sendo que os apoiadores do Haddad eram totalmente o oposto, entre negros, pardos, mulheres, do Nordeste, baixa escolaridade e renda. Andrea Freitas, professora de ciência política da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), pontua que: “Temos rico contra pobre, Sul contra Nordeste, mulheres contra homens, mais educados contra menos educados. Existe uma estratificação muito mais explícita.” (cf. Datafolha, Andrea Freitas, 6 de outubro de 2018 s.p.)

Para a campanha presidencial do Bolsonaro foi essencial a utilização das redes sociais e WhatsApp, assumindo um destaque importante na sua estratégia de campanha, em que inúmeras “Fake News” foram disparadas através dessas redes. A cientista política Luciana Veigas pontuou que: “Em 2014, o Brasil tinha 20 milhões de usuários de WhatsApp e agora são 120 milhões. Como o brasileiro entrou na era do smartphone e WhatsApp, a internet se tornou uma grande ferramenta, explorada principalmente pelos grupos apoiadores do Bolsonaro” (cf. BBC, 6 de outubro de 2018). As redes sociais no Brasil, nas eleições de 2018, suscitaram disputas políticas entre a população, em que amizades foram desfeitas e famílias se dividiram. E com isso vieram à tona vários discursos pronunciados pelo candidato Jair Bolsonaro sobre tortura, homofobia, machismo e racismo de que pode tomar-se como ilustração:

“O erro da ditadura foi torturar e não matar” (Jair Bolsonaro, 8 de julho de 2016)
“Pau-de-arara funcionava, sou favorável a tortura, tu sabe disso, e o povo é favorável também” (Jair Bolsonaro, 24 de junho de 1999).
“Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as maiorias” (Jair Bolsonaro, fevereiro de 2017).
“Eu fui num quilombo em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles” (Jair Bolsonaro, 5 de abril de 2017).
“Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo” (Jair Bolsonaro, 8 de junho de 2011).

De acordo com o jornal G1, esses são alguns discursos realizados pelo Presidente ao longo de sua carreira política. Com as eleições de 2018, mostrou-se uma parcela da população brasileira que idealizava o Presidente como seu novo “Messias”, tirando o Brasil da corrupção e mantendo os valores da família cristã. Já que as campanhas do Presidente utilizavam argumentos sobre o fim da corrupção:

“O que está em jogo não é a democracia, não. O que está em jogo é a perpetuação dessa máquina podre que nós temos aí, que vive da corrupção, para tirar de vocês o atendimento médico, a educação, a segurança. É uma máquina podre que sobrevive, se retroalimenta da desgraça, da corrupção. O que está em jogo é a corrupção, são os grupos que não querem sair de lá porque vivem disso, vivem mamando nas tetas do Estado.” (cf. G1, Jair Bolsonaro, 27 de outubro de 2018, s.p.).

Jair Bolsonaro sempre enfatizou o seu alinhamento com os ideais de outros políticos internacionais, como Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos da América (EUA), principalmente com a conduta com que Trump desenhou nos Estados Unidos políticas

negacionistas relativamente à pandemia. Jair Bolsonaro sempre defendeu e utiliza a mesma estrutura negacionista.

No estudo realizado em 2020 por Michael Löwy, um nome importante da academia e da intelectualidade de esquerda no Brasil, intitulado “O neofascista Bolsonaro diante da pandemia” (2020, p.3), explica-se que: Donald Trump tinha a proposta de realizar a “imunização coletiva”, deixando um grupo da população se contaminar com o novo vírus, com o preço de milhares de mortes, porém, seu aprendiz Boris Johnson, que apoiava a proposta de imunização, foi acometido pelo Sars-CoV-2. Então, a proposta não foi adiante.

Apesar de a proposta de Trump não ter avançado, Jair Bolsonaro tem como exemplo o governo americano, uma das características do neofascismo brasileiro, idolatrando e sendo submisso ao imperialismo americano, na área econômica, militar, política e diplomática. Jair Bolsonaro imita as reações negacionistas do Governo Trump, minimizando o novo vírus e culpando os chineses pela pandemia.

Löwy enfatiza que o Bolsonaro tem características familiares ao fascismo clássico, um governo autoritário, “o culto do chefe (“Mito”) Salvador da Pátria, o ódio à esquerda e ao movimento operário” (2020, p.4). O autoritarismo do governo Jair Bolsonaro se manifesta contra as medidas recomendadas pelo seu próprio Ministério da Saúde, sendo que são medidas essenciais para diminuir os contaminados, como o isolamento social em massa. Utilizando o conceito de social-darwinismo, outra característica do fascismo, em que o mais importante é a sobrevivência dos mais fortes e, se os mais vulneráveis vierem a falecer, isso é uma consequência inevitável, já que o “Brasil não pode parar” (2020, p.4)

Jair Bolsonaro realizou uma declaração em 20 de abril de 2020, segundo a qual cerca de 70% da população brasileira vai ser contaminada pelo Sars-CoV-2, uma inevitabilidade. Se o Presidente Jair Bolsonaro imitasse a proposta de Trump sobre a “imunização coletiva”, esse resultado seria “inevitável”. Porém, “isto talvez pudesse acontecer. Mas só seria inevitável” se Bolsonaro conseguisse impor sua política de recusa das medidas de confinamento (Löwy, 2020, p.4). Com isso é possível entender a conduta do Presidente do Brasil em relação à estratégia de contenção do Sars-Cov-2 no Brasil.

2.6 Notas Gerais Sobre o Negacionismo e o negacionismo Bolsonarista

Segundo um estudo realizado por Ivonete da Silva Lopes e Daniela de Uysséa Leal, da Universidade Federal de Vigoça no Brasil, divulgado pela Revista Chasqui, sobre “Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo Ministério da Saúde

do Brasil”, o negacionismo, na sua pura essência, é a ação de negar e de não identificar os fatos verdadeiros e de rejeição do conceito básico científico, sendo mais presente em situações em que não se tenha estabilidade e conhecimento.

Em outra percepção, no artigo sobre “A difícil tarefa de informar em meio a uma pandemia”, escrito por Kenneth Rochel de Camargo Jr e Claudia Medina Coeli, em 2020, pode ler-se que as estratégias negacionistas “frequentemente envolvem variações de negacionismo (“denialism”), definido como ‘emprego de argumentos retóricos para dar a aparência de debate legítimo onde nenhum existe, uma abordagem que tem como objetivo último rejeitar uma proposição sobre a qual existe consenso científico’” (Diethelm & Mckee, 2009). Ainda no mesmo artigo:

“os processos de negacionismo apresentam cinco características, todas observadas ao longo dos últimos meses nas discussões públicas sobre a pandemia: 1) identificação de conspirações; 2) uso de falsos *experts*; 3) seletividade, focalizando em artigos isolados que contrariam o consenso científico (“cherry-picking”); 4) criação de expectativas impossíveis para a pesquisa; e 5) uso de deturpações ou falácias lógicas” (cf. Camargo Jr. & Coeli, 2020, p. 2).

Um exemplo do negacionismo é o chefe de Estado do Brasil, que ao enfrentar o Sars-CoV-2 rejeita os isolamentos em massa, realiza aglomerações e recomenda medicamentos sem comprovação científica contra o novo vírus. O Brasil se encontra, por outro lado, em uma crise econômica e social, que potencializa o negacionismo.

Ao realizar uma análise em relação à crise e de como a comunicação interfere na sociedade, é perceptível no Brasil, nos discursos do chefe de Estado, a minimização da doença, mas principalmente o seu negacionismo. Ainda no mesmo estudo, estabelece-se, sobre a perspectiva do chefe de Estado em relação à pandemia no Brasil, a sua falta de cautela desde o início do novo vírus, minimizando a gravidade da doença e as suas consequências.

Não apenas em discursos presidenciais evidenciou, Bolsonaro, o seu negacionismo em relação ao vírus, mas em eventos públicos, em que o Presidente foi visto em algumas aglomerações, sem a utilização de máscara e não seguindo as restrições de distanciamento social, recusando todas as orientações dadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e do seu próprio Ministro da Saúde. Além disso, o Presidente recomendava medicamentos contra o vírus sem nenhuma comprovação científica, mesmo não sendo médico, o que, por consequência, causou duas demissões dentro do Ministério da Saúde nos primeiros meses de pandemia no Brasil.

Discursos e ações deste tipo impactam severamente na orientação de contingência do vírus. Isso explica a falta de seriedade em relação ao isolamento em massa no Brasil e o

aumento dos números de casos de infectados e mortos. O negacionismo trouxe consequências graves e irreversíveis. “Neste contexto de crise sanitária grave, o negacionismo que se apresenta tem suas origens nas questões epistemológicas vinculadas ao negacionismo científico, que vem sendo aceito socialmente, desconsiderando argumentos racionais, a exemplo do criacionismo e o terraplanismo.” (Lopes e Leal, Revista Chasqui, 2020, p. 5).

Contrariando a ciência e influenciando a população a utilizar medicamentos sem eficácia sobre o Sars-CoV-2, causa-se um grande impacto na vida dessas pessoas, além de trazer efeitos colaterais graves, como foi advertido pelos ex-ministros que tentaram alertar o chefe de Estado e a população, antes das suas demissões.

Sendo que, em outros países, pode se ver um resultado diferente do Brasil, como Portugal, que antes mesmo de as autoridades tomarem qualquer medida, a população já estava realizando o isolamento em suas casas, o que foi crucial para a minimização de danos na pandemia.

Existe punição para quem estimula o negacionismo em Portugal, como mostra o site Observador, que explica sobre o sistema de penas aplicadas para os médicos negacionistas, movimento denominado “Médicos pela Verdade” (cf. Observador, 2021), sendo que já foram acusados dois médicos (Gabriel Branco e Maria Margarida de Oliveira). Outros quatro médicos apresentaram queixas sobre o movimento, para o qual “foi decidida uma pena de censura” (cf. Observador, 2021); essa pena fica “registada no currículo do médico e pode ter implicações, caso o médico volte a estar envolvido num processo disciplinar — como o, eventual, agravamento da pena.” (cf. Observador, 2021), trazendo consequências graves para o médico que deseja exercer a profissão.

Outro caso de negacionismo, de acordo com o site do Jornal de Notícias, é o do Juiz em Odemira, Rui Fonseca e Castro, que é contra o confinamento em massa e alega que existe uma falta de direitos dos cidadãos, sendo um dos fundadores do “Juristas pela Verdade”, que tem o objetivo de dar orientação jurídica para quem se esquivar das restrições de confinamento, e critica a atuação do Estado no combate ao Sars-CoV-2. Além disso, o magistrado utiliza redes sociais como Facebook para colocar o seu ponto de vista sobre as medidas que o Governo aplicou sobre o confinamento. Ações de anti-confinamento não passaram despercebidas e vários responsáveis das forças de segurança mostraram a sua indignação em relação às atitudes do Juiz. O caso foi levado ao Conselho Superior da Magistratura, que suspendeu disciplinarmente o Juiz.

A forma como Portugal e o Brasil lidam com o negacionismo é divergente. Vemos um país que propõe punição e não estimula ações que são prejudiciais à população neste momento de crise global, e outro que se apoia no negacionismo, onde uma parcela da população é incentivada, a partir da própria Presidência, a não cumprir o isolamento em massa.

2.7 Primeiros dias de Sars-CoV-2 no Brasil e os Impactos

Como abordado anteriormente, é necessário realizar uma linha cronológica mostrando como foram os primeiros dias do Sars-CoV-2 no Brasil e suas consequências. É também necessário enfatizar o trabalho jornalístico realizado ao longo da pandemia, já que, ao longo da dissertação, serão utilizados alguns canais de emissoras e jornais. De acordo com George Gerbner e a sua teorização sobre os efeitos dos *mas media*, conhecida como “Teoria da Incubação, do Cultivo, ou da Aculturação e desenvolvida em torno do estudo dos efeitos da exposição à televisão pelos espectadores” (Gerbner, 1967), fica em evidência o significado da comunicação em massa, não no sentido literal de massa, mas sim das formas pelas quais a transformação da sociedade se realiza como uma “extensão da aculturação pública institucionalizada para além dos limites da interação face a face e de outras interações mediadas pessoalmente” (Gerbner, 1967).

Interpretando o impacto das comunicações para grandes massas sobre a sociedade, Gebner acredita que a “televisão é responsável pelo processo de cultivo e aculturação”, ou seja, a televisão tem um grande impacto na sociedade, passando informações para o mundo inteiro e influenciando nas suas crenças e valores. Para a presente dissertação serão usadas as plataformas Globo, Veja, BBC, DataFolha e DW, por terem uma comunicação coletiva e por colocarem em pauta assuntos políticos em suas emissoras e jornais virtuais. Com isso, podemos iniciar a linha cronológica dos fatos ocorridos ao longo dos primeiros dias de pandemia.

De acordo com o jornal G1, no dia 06 de fevereiro de 2020, antes de confirmação do vírus no Brasil, foi aprovada a proposta de quarentena no país. Brasileiros que estavam em Wuhan, o país de origem do vírus, foram trazidos ao Brasil e permaneceram “18 dias em confinamento” (cf. G1, 2020). No dia 09 de fevereiro de 2020, foi realizada a chegada dos

“repatriados” (cf. G1, 2020) que estavam na cidade de Wuhan, realizando-se uma quarentena de 18 dias em Anápolis, com 34 passageiros.

A mesma notícia do jornal G1 mostra que no dia 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado o primeiro caso de Sars-CoV-2 no Brasil, um homem de 61 anos, residente em São Paulo, vindo da Itália - país que estava com um número extremamente elevado de mortos e contaminados em relação a outros países da Europa, porém, mesmo realizando a quarentena, 30 pessoas tiveram contato e ficaram em observação domiciliar.

Somente no dia 11 de março de 2020, o Distrito Federal estabeleceu as medidas de isolamento social que outros países já estavam realizando, por meio do decreto do Governador Ibaneis Rocha, realizando o fechamento de escolas públicas e privadas, eventos que são relacionados com a aglomeração e alguns comércios com atendimento público, como sejam: restaurantes, bares, lojas, salões de beleza e casa de festas, permanecendo abertos somente serviços essenciais, como “farmácias, supermercados e hospitais.” (cf. G1, 2020) Essas medidas foram realizadas em todos os Estados do Brasil a partir do dia 16 de março de 2020.

Mesmo com todas as precauções sendo tomadas, no dia 12 de março de 2020, Governantes foram infectados. O primeiro a testar positivo para o Sars-CoV-2 foi o secretário de Comunicação Social da Presidência da República, Fabio Wanjgarten, que estava voltando de uma viagem dos Estados Unidos com o Presidente Jair Bolsonaro. O Presidente realizou dois testes, cujo resultado foi negativo, mas outras pessoas que estavam no mesmo voo testaram positivo.

De acordo com o Jornal G1, infelizmente tivemos a primeira morte por Sars-CoV-2 no Brasil no dia 17 de março de 2020, em São Paulo (um homem com 62 anos que já tinha inúmeros problemas de saúde, como diabetes e hipertensão, sofrendo complicações enquanto estava internado por Sars-CoV-2).

No dia 22 de março de 2020 foi realizada a flexibilização em relação às regras trabalhistas, em uma tentativa de não causar tanto impacto na economia. A proposta era permitir a suspensão de contrato de trabalho de 4 meses. Mas, por uma decisão do Presidente, foi retirada a suspensão após receber inúmeras críticas, embora permanecessem novas normas que versavam sobre as férias individuais e coletivas, teletrabalho, home office e bancos de horas. Um dia depois, o Presidente realizou um pronunciamento sobre o “retorno da normalização” (cf. G1, 2020), que será analisado no próximo ponto do índice. O

Presidente solicita que não se promova mais o isolamento social em massa e, assim, o retorno normal da população aos trabalhos.

Após o pronunciamento do Presidente, muitos Governadores criticaram, então, as suas atitudes, a maioria dos Estados manteve o isolamento social, porém, no dia 26 de março já estavam sendo registrados mais de 60 mortos por dia no Brasil. No dia 28 de março já se ultrapassava 100 mortos por dia, número que ocorre após 11 dias depois da primeira morte por Sars-CoV-2.

O jornal G1 menciona que, no dia 30 de março de 2020, a força nacional entra em ação junto com a saúde. Sergio Moro, Ministro da Justiça, validou a participação das forças nacionais para auxiliar o Ministério da Saúde em ações para controlar o vírus no Brasil, garantindo o auxílio aos profissionais de saúde e controle sanitário, e assegurando, também, a realização de exames e testes médicos obrigatórios para o Sars-CoV-2.

Em relação à parte trabalhista no início da pandemia, no dia 01 de abril entrou em vigor uma medida provisória para os trabalhadores, o “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda” (cf. G1, 2020), flexibilizando a diminuição de pagamento na folha de trabalho e suspensão de contratos, com o objetivo de diminuir as demissões (despedimentos) ao longo da pandemia. No dia seguinte, entra o auxílio emergencial de R\$ 600,00, inicialmente por 3 meses, para trabalhadores informais. Este valor seria equivalente a €91,45 de auxílio emergencial, sendo que 1 euro valia, R\$ 6,54 em 2021. Com base no site Globo, o piso do salário-mínimo do brasileiro em janeiro de 2020 era de R\$ 1.045.

2.8 Discursos sobre o retorno da normalidade

O Brasil é um dos países que sofreu consequências mais drásticas causadas pelo novo vírus, ficando em fevereiro de 2021 em terceiro lugar em relação a contaminados, recuperados e mortos. Com todo esse cenário, é importante o Governo orientar a população, seguir as recomendações que são dadas pela OMS e pelo Ministério da Saúde. Por isso, neste índice, serão destacados os pronunciamentos realizados inicialmente na pandemia, quando o Presidente pede para que não se proceda ao isolamento em massa e que a população volte à “normalidade” (cf. GOV, 2020, na íntegra em anexo à dissertação)

Jair Bolsonaro é um dos poucos Presidentes que defende a “volta da normalidade” (2020), para não parar a economia. A presente dissertação visa realizar a análise desses discursos e entender quais são as consequências desse tipo de fala. De acordo com o jornal G1, no dia 6 de março de 2020, o Presidente realizou o seu primeiro pronunciamento em relação ao coronavírus, enfatizando que “não há motivos para pânico”.

De acordo com o site do Governo Federal (GOV), na época, o Ministério da Saúde já tinha confirmado 13 mortes e mais de 768 contaminados suspeitos quando foi realizado esse pronunciamento. O segundo pronunciamento foi em 12 de março, sobre a manifestação prevista para o dia 15 de março, afirmando que são manifestações “espontâneas” e “legítimas” (GOV, 12 de março de 2020), mas que precisam ser repensadas por causa da pandemia.

“Os movimentos espontâneos e legítimos marcados para o dia 15 de março atendem aos interesses da nação. Balizados pela lei e pela ordem, demonstram o amadurecimento da nossa democracia presidencialista e são expressões evidentes de nossa liberdade. Precisam, no entanto, diante dos fatos recentes, ser repensados. Nossa saúde e de nossos familiares devem ser preservados”(cf.GOV, Jair Bolsonaro, 12 de março de 2020).

No dia 24 de março foi realizado um novo pronunciamento já com um novo tema: a “volta da normalidade” (GOV, 12 de março de 2020), pontuando que não podemos deixar a economia brasileira parada e que devemos dar o “fim do confinamento em massa” (GOV, 12 de março de 2020), contrariando especialistas da área sanitária do Brasil, culpando, em seu pronunciamento, alguns media que passaram uma sensação de “pavor” à população brasileira.

“O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos sim voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércios e o confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Por que fechar escolas?” (cf.GOV, Jair Bolsonaro, 24 de março de 2020).

O Ministério da Saúde não comentou este último pronunciamento do Presidente. Esse discurso teve um tom diferente em relação aos outros, sendo que os números de casos no Brasil de contaminados e mortos estavam aumentando cada vez mais. O Presidente estava encorajando trabalhadores a continuarem frequentando o trabalho normalmente, crianças irem à escola e a abertura de lojas do comércio.

A frase que mais repercutiu no mundo foi:

"No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado com o vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como disse aquele famoso médico daquela famosa televisão. Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença." (cf. GOV, Jair Bolsonaro, 24 de março de 2020).

No mesmo discurso, Jair Bolsonaro cita a Cloroquina¹, como uma possível medicação para combater o Sars-CoV-2.

“O FDA americano e o hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Sars-CoV-2. Nosso Governo tem recebido notícias positivas sobre esse remédio fabricado no Brasil e largamente utilizado no combate à malária, aos lúpus e à artrite.” (Jair Bolsonaro, 24 de março de 2020).

Sabia-se, já então, que especialistas da área da saúde não apoiavam a utilização desse medicamento, assim como a Organização Mundial de Saúde (OMS) não incentivava a sua utilização, por não apresentar resultados positivos contra o vírus Sars-CoV-2.

Como sustentam Tiago Calvacanti e Daniel da Mata, professores da Universidade de Cambridge e Nicolás Ajzenman, professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestre em administração pública em Harvard, no seu estudo “Mais do que Palavras: Discurso de líderes e comportamento” (2020) os discursos e ações do Presidente ao longo da Pandemia tiveram um papel fundamental na orientação do comportamento das massas. Calvacanti e colegas enfatizam que:

“De Platão à literatura moderna em economia (Hermalin, 1998), sociologia das organizações (Weber, 1947) e gestão (Burns, 1978), os estudiosos concordam amplamente que a liderança é importante. Líderes podem afetar indivíduos, crenças e comportamentos através de diferentes canais: reduzindo as assimetrias de informação e, portanto, minimizar problemas de coordenação (por exemplo, Dewan e Myatt, 2008), definindo uma norma social (por exemplo, Acemoglu e Jackson, 2015), ou simplesmente transmitindo emocional e simbolicamente uma mensagem” (por exemplo, Antonakis et al., 2014; Hermalin, 2017) (cf. Calvacanti, 2020, p. 2)

2.9 Pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro sobre o vírus após 80 dias

Como citado no índice anterior, um ponto crucial para a orientação da população são os discursos que o Governo realiza ao longo da pandemia, mas, alguns pontos chamaram bastante a atenção nos discursos realizados nas primeiras semanas de pandemia no Brasil, desde o seu

¹ “O Difosfato de cloroquina é um medicamento indicado para o tratamento da malária causada por *Plasmodium vivax*, *Plasmodium malariae* e *Plasmodium ovale*, amebíase hepática, artrite reumatoide, lúpus e doenças que provocam sensibilidade dos olhos à luz. Este medicamento pode ser comprado em farmácias, mediante a apresentação de receita médica. Fonte: <https://www.tuasaude.com/cloroquina/>, acesso a 14.03.2021]

começo, dia 12 de março até ao dia 30 de maio. Trata-se, neste ponto da dissertação, de tentar analisar alguns pronunciamentos relativos aos Governadores e ainda sobre as questões sanitárias, discursos mediáticos e do Ministério da Saúde.

2.9.1 Discursos sobre os governadores

O Brasil está separado em três poderes, o Executivo, Judiciário e Legislativo, como foi pontuado no início desta dissertação. Então aonde os governadores se enquadram e qual a função deles? De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Brasil adere como modelo de Estado ao Federalismo, o que significa que Municípios, Estados e Distrito Federal trabalham de forma independente entre si, porém, unindo-se, porém, para formar um governo central, dentro dos limites da federação brasileira, e o poder executivo estadual é supervisionado pelos governadores.

Dessa maneira, o governador fica responsável por ser o articulador entre o poder executivo estadual e o governo federal. Seguindo a Constituição, para se candidatar a governador é necessário cumprir alguns requisitos:

“ser alfabetizado; ter nacionalidade brasileira; estar em pleno exercício dos direitos políticos (não ter direitos políticos suspensos); realizar o alistamento eleitoral; ter domicílio eleitoral no Estado para o qual quer concorrer ao cargo (a pessoa pode ser natural de outro Estado, mas deve ser candidato no Estado onde vota); estar filiado ao seu partido há pelo menos seis meses antes da eleição; ter idade mínima de 30 anos.” (Constituição Federal Brasileira, 5 de outubro de 1988).

A sua principal função, de acordo com a Constituição, é representar o Estado em relações administrativas, jurídicas, econômicas e políticas. Normalmente, o Governador trabalha em conjunto com o Presidente da República para defender os interesses do Estado, mas os Governadores são responsáveis por várias funções dentro do Estado que governam, sendo responsáveis pela segurança pública, definição do orçamento estadual, educação, saúde, sistema prisional, recolher investimentos para auxiliar o Estado e seus municípios e a criação de novos projetos para o Estado. Assim, é possível entender melhor qual a importância dos governadores no Brasil.

Nos primeiros 80 dias de pandemia no Brasil, alguns governadores e prefeitos se mostraram contra o posicionamento do Presidente. A princípio, a Revista Veja mostra que, ao longo do início da pandemia, foram 140 as críticas de Bolsonaro em relação aos governadores dos Estados.

De acordo com a Veja, neste contexto de pandemia, os Governadores João Doria, de São Paulo, e Wilson Witzel, do Rio de Janeiro, possíveis candidatos à Presidência de 2022, foram constantemente criticados pelo Presidente em alguns pronunciamentos, principalmente na questão do confinamento em massa. Ao longo da pandemia, aconteceram inúmeras críticas em relação às medidas e ao planejamento que o Governador de São Paulo estava realizando.

Jair Bolsonaro se pronunciou sobre o governo de Doria na pandemia: “Pergunte ao João Doria, ao Covas, o porquê terem tomado medidas tão restritivas que eliminou mais de um milhão de empregos em São Paulo e continua morrendo gente” (Jair Bolsonaro, 29 de maio de 2020).

Como ocorreu no pronunciamento do dia 24 de março, muitos governadores mostraram a sua indignação com o discurso para a “volta da normalidade” (2020), incentivando a abertura de escolas e de outros comércios.

De acordo com a Revista Veja, uma pesquisa qualitativa levantada pela Instituição de Consultoria de Dados Quaest, em 2020, sobre os discursos realizados pelo Presidente, Bolsonaro falava recorrentemente do vírus de uma maneira vaga, mostrando dados, acerca dos termos utilizados ao longo da pandemia em seus discursos, por meio de padrões adquiridos através de algoritmos, que evidenciam que a palavra “doença” aparece frequentemente junto com as palavras “desemprego”, “fome”, “caos” e “violência” (Quaest, 2020), colocando a culpa no isolamento social e utilizando frases como “a política do fecha tudo” (Bolsonaro, 2020) ou afirmando: “sou o único a se preocupar com o problema econômico desde o começo” (Bolsonaro, 2020), para rebater a mídia que espalha “caos” e “histeria” (Bolsonaro, 2020).

“Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro chefe o anúncio de um grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. Um cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país” (Jair Bolsonaro, 24 de março de 2020).

Em suma, concluía-se no estudo que “desde o início do isolamento, Bolsonaro demonstra que não quer arcar com a culpa das consequências e sociais da paralização” (Quaest, 2020).

Também os governadores se posicionaram contra as medidas de Bolsonaro para a “volta da normalidade”. De acordo com o jornal Poder 360, encontram-se entre estes, “Rui Costa (PT-BA), Renato Casagrande (PSB-ES), Flávio Dino (PC do B-MA), Fátima Bezerra (PT-RN), Wellington Dias (PT-PI), Hélder Barbalho (MDB-PA), Camilo Santana (PT-CE), Wilson Witzel (PSC-RJ), Renan Filho (MDB-AL), Waldez Góes (PDT-AP), Wilson Lima

(PSC-PA), Paulo Câmara (PSB-PE) e Eduardo Leite (PSDB-RS)”.(cf.Poder360, 2020) Através do Twitter, manifestaram-se rebatendo as críticas do Presidente contra os governadores, como podemos ver em alguns prints abaixo, recolhidos pelo site Twitter e Poder360:

“Rui Costa (PT) – Bahia: ironizou Bolsonaro e disse que a Sars-CoV-2 não é só uma “gripezinha”. Pediu para que o presidente acordasse e que deixasse de fazer discursos vazios e delirantes.”



Figura nº3: Twitter de Rui Costa em relação ao isolamento em massa no Brasil durante a pandemia, fonte: Twitter, 24 de março de 2020

Renato Casagrande (PSB) – Espírito Santo: disse que o presidente “atrapalha o trabalho dos governadores e menospreza os efeitos da pandemia”.

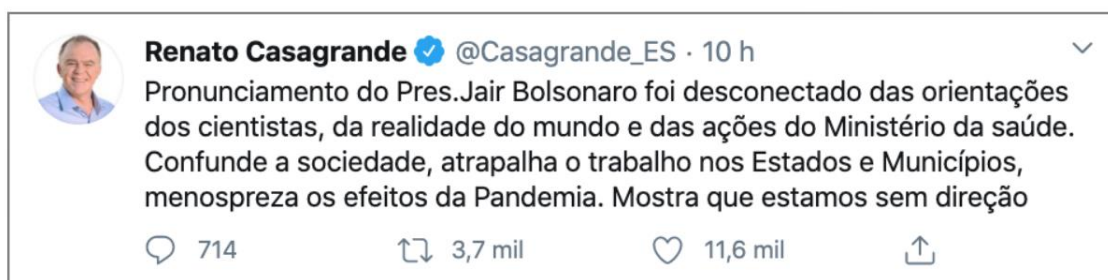


Figura nº4: Twitter de Renato Casagrande em relação ao chefe de Estado do Brasil durante a pandemia, fonte: Twitter, 24 de março de 2020.

Flávio Dino (PC do B) – Maranhão: disse que há poucas possibilidades de Bolsonaro exercer o cargo com “responsabilidade e eficiência”.



Figura nº5: Twitter de Flávio Dino em relação ao chefe de Estado do Brasil durante a pandemia, fonte: Twitter, 24 de março de 2020.

Fátima Bezerra (PT) – Rio Grande do Norte: Disse que o discurso de Bolsonaro é um equívoco e vai contra as recomendações de saúde.” (2020).

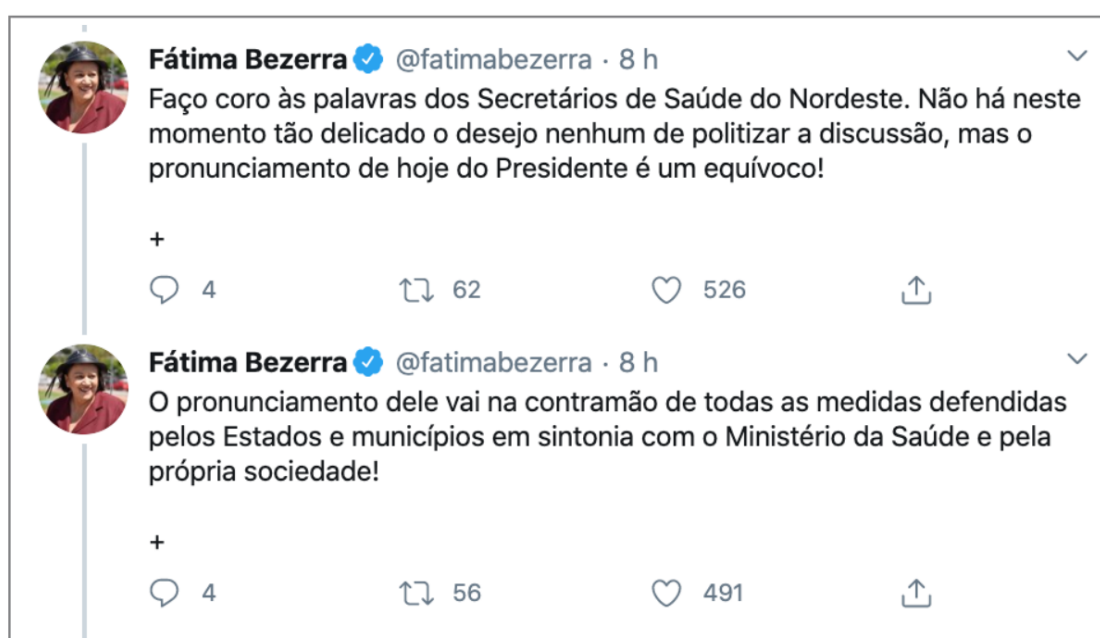


Figura nº6: Twitter de Fátima Bezerra em relação ao chefe de Estado do Brasil durante a pandemia, fonte: Twitter, 24 de março de 2020.

Nota-se, portanto, a patente insatisfação entre os governadores dos Estados com o Presidente da República, pelo seu incentivo ao término do “isolamento social em massa” e à “volta à normalidade” (Jair Bolsonaro, 24 de março de 2020).

Calvacanti explica que:

“Desde o início da pandemia, a resposta oficial tem sido notavelmente heterogênea entre os diferentes níveis de governo. Muitos governos subnacionais têm implementado intervenções não farmacêuticas com vários níveis de rigor (por exemplo, Anderson et al., 2020) e recomendou a adesão ao distanciamento social. Em contraste, o Presidente do Brasil minimizou os riscos da doença, ao mesmo tempo que contradisse explícita e publicamente as instruções comunicado pelos governadores. Em diferentes ocasiões (por exemplo, FT, 2020; The Economist, 2020), o Presidente encorajou publicamente os cidadãos a sair e assim quebrar as políticas de distanciamento social.” (Calvacanti, 2020, p.2)

Esses discursos contraditórios entre governadores estaduais e o Presidente, por consequência, causaram um conflito interno no governo brasileiro, tornando o processo de orientação e planejamento para a contenção do vírus mais difícil, mudando o comportamento dos indivíduos e ações em relação aos procedimentos que deveriam seguir para a contenção do novo vírus.

Em vista disso, Calvacanti destaca que esse tipo de discurso nos pronunciamentos realizados pelo Presidente causa um impacto significativo na sociedade. A falta de informação nesses discursos gera um incremento na privação de orientação e da percepção do indivíduo em relação à proporção ou consequências que a doença pode trazer.

“Uma vez que os indivíduos podem estar desinformados sobre a gravidade de ser infectados com o vírus e a propagação local da pandemia, as palavras de um líder podem afetar sua perda esperada, percebida da doença ou a proporção de indivíduos que perceberam a doença” (Calvacanti, 2020, p.7).

2.9.2 Conspiração sobre o presidente

Ao longo da pandemia tivemos vários momentos em que encontramos discursos de governadores e do Presidente com informações diferentes sobre a contenção do vírus e qual a orientação correta a população deveria seguir. De acordo com a Revista Veja, Jair Bolsonaro, em alguns discursos, afirma que existe uma conspiração para derrubá-lo e tirá-lo do governo, com o objetivo de impedir a reeleição dele nas eleições em 2022; ele acredita que a meta é cassar o seu mandato. Essas teorias normalmente não têm um desdobramento maior, se fosse apenas pela área do governo, porém, é diferente, se a ala militar também está apoiando essa teoria de conspiração contra o Presidente. Por sentir esse apoio dos militares, Bolsonaro organizou uma manifestação, contrariando todas as recomendações dadas pela OMS.

De acordo com a Veja, 9 de maio de 2020, “Dia sim e dia não” o Presidente se disse alvo de uma conspiração para desmoralizá-lo ou derrubá-lo: “Querem me tirar de qualquer maneira então a grande mídia, governadores, se na minha cadeira eles puderem antecipar a minha saída, eles o farão, mas da minha parte não terão oportunidade disso”, disse Jair Bolsonaro.

Realizou-se, assim, uma manifestação no dia 31 de maio de 2020. Na mesma altura, o Brasil estava com 29.341 mortes e 514.992 casos confirmados do Sars-CoV-2 no Brasil. Essa

manifestação envolvia inúmeras pessoas sem a utilização de máscara, sem o distanciamento social, clamando a favor do seu governo, do fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF). Junto com sua filha Laura, cumprimentaram vários colaboradores que participavam da manifestação e realizaram algumas fotos com os participantes, desrespeitando as orientações do Ministério da Saúde em relação à aglomeração e distanciamento social.

“Vocês sabem que o povo está conosco. As Forças Armadas, ao lado da lei, da ordem, da democracia, da liberdade, também estão ao nosso lado”, disse Bolsonaro em vídeo transmitido numa rede social: “Peço a Deus que não tenhamos problema esta semana, porque chegamos no limite. Não tem mais conversa. Daqui para a frente, não só exigiremos, faremos cumprir a Constituição. Ela será cumprida a qualquer preço”. (cf. Veja, Jair Bolsonaro, 8 de maio de 2020)

2.9.3 Ataque sobre a imprensa

De acordo com o site Made for Minds (DW), os ataques e críticas em relação à imprensa bateram recordes no Brasil em 2020, em comparação com o ano de 2019, com o total de 428 casos de ataque, com base no relatório sobre “Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil”, divulgado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em 2020. Os ataques foram direcionados para jornalistas, veículos e mídia impressa no geral. Dentro dos ataques, temos agressão verbal, física e virtual.

O relatório destaca que o Presidente Jair Bolsonaro foi o principal protagonista dos ataques, sendo responsável por 175 casos (40,89%) do total, perfazendo 145 ataques generalizados e genéricos à área jornalística e a veículos; 26 casos de agressões verbais a jornalistas, uma ameaça à emissora Globo e dois ataques à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj, 2020).

O Presidente, muitas vezes em seus discursos e pronunciamentos, descredibilizou o trabalho dos jornalistas e proferiu palavras ofensivas e agressivas, como mostra uma reportagem da Veja. “Cala a boca, não perguntei nada, com uma manchete canalha, mentirosa, e vocês da mídia, grande parte tenham vergonha na cara, a grande parte só publica patifaria e passar bem” (Jair Bolsonaro, 5 de maio de 2020).

Esse foi um discurso em relação à matéria divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo, em 5 de maio de 2020, cujo foco era a “Troca da superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro e à suposta interferência de Bolsonaro no comando da Polícia Federal”. (Made for Minds, 26 de janeiro de 2021).

“A explosão de casos está associada à sistemática ação do presidente da República, Jair Bolsonaro, para descredibilizar a imprensa, e à ação de seus apoiadores contra veículos de comunicação social e contra os jornalistas. Ela começou em 2019 e agravou-se em 2020, quando a cobertura jornalística da pandemia provocada pelo novo coronavírus foi pretexto para dezenas de ataques do presidente e dos que o seguiram na negação da crise sanitária”, aponta a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj, 2020).” (Made for Minds, 26 de janeiro de 2021).

Somam-se, a tudo isso, 35 casos de agressões físicas contra jornalistas, partindo dos apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro, durante essa fase inicial da pandemia.

Temos alguns exemplos de ataques que ocorrem através de manifestações, por pronunciamento e discursos, em que essas agressões foram documentadas em vídeos e por redes sociais. Em um evento que ocorreu no Planalto, o Presidente se refere aos jornalistas como “bundãos”. No discurso, o presidente disse: “Aquele história de atleta, né, que o pessoal da imprensa vai pôr deboche, mas quando pega um bundão de vocês, a chance de sobreviver é bem menor. Só sabem fazer maldade, usar a caneta com maldade”. (cf. Uol, 24 de agosto de 2020).

A declaração do dia 30 de abril para a imprensa da Globo, após ser questionado sobre os números do Sars-CoV-2 do Brasil superar os da China, a sua fala foi: “e daí?” (2020). O presidente disse: “Essa imprensa lixo chamada Globo. Ou melhor, lixo dá para ser reciclado. Globo nem lixo é porque não pode ser reciclada”. (cf. Globo, 30 de abril de 2020).

Visto que muitos de seus apoiadores são incentivados por esses tipos de ações e falas, Calvacanti descreve exatamente esse efeito em seu estudo, em que o líder influencia as ações de um indivíduo. Neste caso, algumas agressões verbais e físicas foram causadas por indivíduos que compartilham as mesmas ideias do Presidente, sendo que a imprensa tem um papel de extrema importância em relação à comunicação.

De acordo com Gebner, a televisão é um meio de influenciar na cultura e ações de uma sociedade, sendo a ponte entre os fatos e o indivíduo, em que é possível a notícia chegar a todas as pessoas de maneira verídica, ou inverídica.

Com isso, a imprensa tem um papel extremamente importante nesse momento em que o mundo está enfrentando um problema de saúde global. Esses tipos de ataques fazem o

indivíduo não ter credibilidade no meio jornalístico, gerando uma consequência de descredibilizar os fatos e diminuir a gravidade da doença.

Melvin de Fleur (1970) foi um dos responsáveis pelo estudo sobre o entendimento tradicional do comportamentalismo, no seu estudo sobre “Theories of Mass Communication”, propondo um modelo que exemplifica a “persuabilidade psicológica” em cada indivíduo dentro da sociedade, que constitui a “teoria das diferenças individuais na comunicação de massas”. “Esta teoria defende que as mensagens mediáticas possuem atributos específicos de estímulo que interagem diferencialmente com as características de personalidade dos membros da audiência. Esta revisão da teoria do estímulo-resposta considera a intervenção de variáveis de personalidade” (McQuail & Windhal, 1993 [1982], p.58).

Fleur mostra a importância do impacto da mensagem no indivíduo, gerando uma alteração psicológica e de mudança de atitudes. Neste caso, os indivíduos que possuem os mesmos ideais que o Presidente se espelham nas ações do mesmo.

2.9.4 Relativização sobre a quantidade de mortos

De acordo com o site Veja (2020), o Presidente realizou 55 declarações minimizando a gravidade das mortes pelo Sars-CoV-2 no Brasil, classificando as mortes de “fatalidade” (2020). “Que esse vírus inclusive, né, eu queria que não matasse ninguém, mas outros vírus mataram muito mais do que esse e não teve essa comoção toda”, disse Jair Bolsonaro em coletiva de imprensa.

Analizando o comportamento diante de uma pandemia, muitos discursos como “vamos todos morrer um dia” e “e daí?”, tiveram grande repercussão no Brasil, acontecendo manifestações como o “panelaço” no dia 31 de maio de 2020, em que parte da população mostrou sua indignação em relação à falta de solução em seus discursos para diminuir o número de mortos, uma vez que já no início da pandemia o Presidente qualificava o novo vírus como “gripezinha”.

Segundo o site da BBC, o Presidente realizou no final de março um passeio que gerou uma aglomeração de pessoas, em que afirmou: “Essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Tomos nós iremos morrer um dia.” (Jair Bolsonaro, março de 2020, s.p).

De acordo com a BBC, no final de abril o Brasil bateu o recorde de mortos, ultrapassando a China, onde ocorreu a origem da doença. O Presidente ao iniciar as entrevistas com a imprensa foi questionado por um jornalista sobre esse número recorde de mortos no Brasil. Em resposta, o Presidente disse: “E daí? Lamento. Quer eu faça o quê? Eu sou messias, mas não faço milagre” “disse, em referência ao seu nome, Jair Messias Bolsonaro” (cf.BBC, 7 de julho de 2020).

Seguindo o estudo de Michael Löwy, o autor explica que, “se Bolsonaro conseguisse impor sua orientação, o resultado seriam dez milhões de brasileiros mortos. Isso se chama, na linguagem penal internacional, genocídio. Por um crime equivalente, vários dignitários nazistas foram condenados à força pelo Tribunal de Nuremberg.” (Löwy, 2020, p 1).

As ações e discurso proferidos pelo Presidente, indicadas pelo Löwy, disseem que Jair Bolsonaro segue uma linha de “extrema direita, autoritária e reacionária”, como outros chefes de Estado, reagindo à pandemia de uma forma irresponsável e subestimando os efeitos do novo vírus. Löwy enfatiza as atitudes negacionistas que o Presidente tem sobre o Sars-CoV-2, classificando como uma “gripezinha” desde o início da pandemia no Brasil, “definição que merece entrar nos anais, não da medicina, mas da loucura política. Mas esta loucura tem sua lógica, que é a do “neofascismo” (Löwy, 2020, p.3).

Nas abordagens políticas do Presidente, ficou muito evidente que ele segue a mesma linha de abordagem que o então Presidente Donald Trump (USA) em relação à área de economia, política e militar, “culpando os chineses pela epidemia” (2020), mostrando mais uma característica do neofascismo.

Ainda seguindo a linha de estudo, para Löwy (idem), o Presidente foi contra a todas as medidas de saúde sanitárias propostas pelo próprio governo, com o objetivo de amenizar as consequências do isolamento social na crise econômica. Esse tipo de atitude se caracteriza como “social-darwinismo (típico do facismo)” (Löwy, 2020), em que o Presidente afirma em alguns discursos que o “Brasil não pode parar”, que a sobrevivência do mais forte é importante e que a morte de pessoas vulneráveis é uma consequência e que, como também é citado em seus discursos, “todos nós vamos morrer um dia”, mostrando indiferença em relação aos mortos pelo Sars-CoV-2 no Brasil.

De acordo com Löwy, o Presidente demonstra uma característica importante do “neofascismo bolsonarista” (Löwy, 2020), que é a falta de empatia pela ciência, impondo os seus ideais junto com os seus aliados:

“Apesar do comportamento delirante do sinistro personagem atualmente instalado no Palácio da Alvorada, e da ameaça que ele representa para a saúde pública, uma

parcela importante da população brasileira ainda o apoia, em maior ou menor medida. Segundo sondagens recentes, só 17% dos eleitores que votaram nele se mostram arrependidos de seu voto”. (Löwy, 2020, p.4).

Segundo os estudos de Löwy, se o Presidente conseguisse aplicar a sua ideia de “imunização em grupo”, que foi inicialmente proposta pelo governo do Donald Trump, mas foi logo abandonada, o Brasil teria mais de 10 milhões de mortos, tendo Bolsonaro afirmando em seu discurso de 20 de abril de 2020, evidenciado essa orientação, ao afirmar que cerca de “70% da população vai ser contaminada pela Sars-CoV-2; isto é inevitável” (Jair Bolsonaro, 2020).

Com isso, de acordo com Löwy, se realmente o chefe de Estado colocasse em prática a contaminação de 70% da população, isso causaria mais de 140 milhões de contaminados, sendo que atualmente a taxa de mortalidade do Brasil é de 7%. Deste modo mostra Löwy mostra através de cálculos aritméticos que o Brasil teria 10 milhões de mortos.

2.9.5 Pronunciamento sobre a Cloroquina

Em alguns pronunciamentos do Presidente Jair Bolsonaro são mencionados os medicamentos que contém Cloroquina e hidroxicloroquina, indicados para pessoas que foram diagnosticadas com lúpus e malária, mas que, na linha de Trump, o Presidente refere como um tratamento para o Sars-CoV-2.

De acordo com a Organização de Saúde (OMS), não tem nenhuma comprovação científica de que esta medicação é eficaz para doentes com o diagnóstico positivo para Sars-CoV-2. Segundo o Jornal G1, para realizar a comprovação do medicamento em relação à sua eficácia ou não para o tratamento do novo vírus, no início da pandemia no Brasil, o Ministério da Saúde monitorou nove ensaios para tratamento à Sars-CoV-2 e dentro destes medicamentos se encontrava a cloroquina e hidroxicloroquina, com o objetivo de avaliar os efeitos e a segurança do tratamento. O maior problema que o Ministério da Saúde mencionou foi que o tratamento com cloroquina poderia trazer o risco de uma arritmia cardíaca fatal.

Mesmo com a incerteza do que o tratamento poderia causar ao paciente, o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, no dia 7 de abril de 2019, devido a uma pressão gerada em cima do Ministério da Saúde, liberou para os médicos receitarem cloroquina aos seus pacientes somente em caso grave de Sars-COV-2 e se os utentes aprovassem a utilização da medicação.

“Nós já liberamos cloroquina e hidroxicloroquina tanto para os pacientes críticos, que são aqueles que ficam dentro de CTIs, já liberamos para qualquer paciente que se interne no hospital, que sejam aqueles que são os moderados. Isso aí já é o medicamento, já é dispensado, já é entregue, já tem protocolo, e nós estamos analisando agora nessas formas anteriores aos leves, que é onde pode haver ainda algum tipo de senão” (cf. Jornal Globo, 7 de abril de 2020).

Com toda a repercussão gerada, o Presidente Jair Bolsonaro e o ministro Mandetta, no dia 8 de abril de 2019, após uma reunião sobre as novas medidas, realizaram uma nova coletiva, em que Mandetta evidencia a sua preocupação sobre os efeitos colaterais da medicação, que ainda não tem comprovação científica da real eficácia para quem testa positivo para o Sars-CoV-2.

“Será que seria inteligente dar um remédio para 85% das pessoas que não precisam desse remédio? E um remédio que tem efeitos colaterais? Será que vale a pena? Sem saber se é coronavírus e ainda assim colocando esse medicamento. Vamos dar para aqueles que têm mais de 60 anos, mais de 70, mais de 80. Ora, esses que são os que mais podem complicar. Que mais vão para CTI. Também são os mesmos que têm maior parte já de problema cardíaco, de problema hepático” (cf. Jornal Globo, 8 de abril de 2020).

A especialista Nathalia Pasternak é uma das vozes contrárias à utilização do medicamento:

“Esses médicos e virologistas que estão falando que a gente precisa usar a cloroquina para salvar vidas esqueceram que primeiro a gente precisa demonstrar que esse medicamento realmente salva alguma vida e não piora a doença e pode até acelerar a morte. A maior parte dos médicos e alguns virologistas que estão defendendo o uso desse medicamento estão pressupondo aquilo que eles deveriam demonstrar” (cf. jornal Globo, 8 de abril de 2020).

Mesmo com muitos especialistas na área recomendando a não utilização do medicamento, o presidente Jair Bolsonaro realiza alguns pronunciamentos insistindo no seu uso. No dia 8 de abril de 2020, realizou o seu 5º pronunciamento em relação ao Sars-CoV-2 e ao apoio para o uso de cloroquina e hidroxicloroquina.

Contrariando especialistas, o Presidente recomendou o medicamento sem nenhuma comprovação científica, utilizando como exemplo o Dr. Roberto Kalil, do Hospital Sírio-Libanês, que utilizou o medicamento após ser diagnosticado com Sars-CoV-2 e o receitou a 10 pacientes. "Essa decisão poderá entrar para a história como tendo salvado milhares de vidas no Brasil. Nossos parabéns ao Dr. Kalil" (cf. Globo, Pronunciamento, Jair Bolsonaro, 8 de abril 2020).

Enfatiza, de resto, a importância de o ministro da saúde estar alinhado com o chefe de Estado, dizendo: "Tenho a responsabilidade de decidir sobre as questões do país de forma ampla, usando a equipe de ministros que escolhi para conduzir os destinos da nação. Todos devem estar sintonizados comigo". (cf. Globo, Pronunciamento, Jair Bolsonaro, 8 de abril 2020).

Uma pesquisa realizada pela DataFolha, em 2020, divulgada no começo de abril, mostrou que 76% dos brasileiros estavam de acordo com o trabalho realizado no Ministério da Saúde, por Luiz Henrique Mandetta, relativamente à crise do Sars-CoV-2. Com a conduta do Presidente, este número foi 33%.

Segundo o site Veja, em 2020, o Presidente citou a cloroquina 73 vezes para o uso em pacientes com teste positivo para Sars-CoV-2 em casos leves e graves, mesmo não tendo nenhuma comprovação científica. Outro grande problema de pronunciamentos incentivando o uso do medicamento é que ocorre uma demanda muito grande em farmácias, fazendo com que pessoas que são diagnosticadas com lúpus e malária e que precisam sim desses medicamentos não os encontrem, sendo que para essas doenças existe a comprovação de eficácia.

2.9.6 Falta de valorização sobre o Mistério da Saúde

O Ministério da Saúde foi de extrema importância para orientar e para ajudar na contenção do Sars-CoV-2, ao longo do ano de 2020, mas percebem-se alguns discursos contraditórios entre o Ministro da Saúde e o Presidente em relação ao isolamento social em massa, medicamentos e tratamentos para a cura do Sars-CoV-2.

Como vimos no tópico anterior, o Ministério da Saúde valorizou a falta de comprovação científica no tratamento com cloroquina para pacientes diagnosticados com Sars-CoV-2, porém, o Presidente evidenciou que era a favor do uso da cloroquina como tratamento para o Sars-CoV-2, apesar das reservas enunciadas pelos especialistas.

Com alguns atritos políticos internos, o Ministério da Saúde teve duas demissões no meio da pandemia. De acordo com o jornal Globo, o primeiro a ser demitido pelo Presidente Jair Bolsonaro foi o ministro Luis Henrique Mandetta, no dia 16 de abril, após um longo período de discussões em relação às ações para a contenção do vírus. Após a sua saída, Mandetta realizou uma declaração através da página do Twitter:

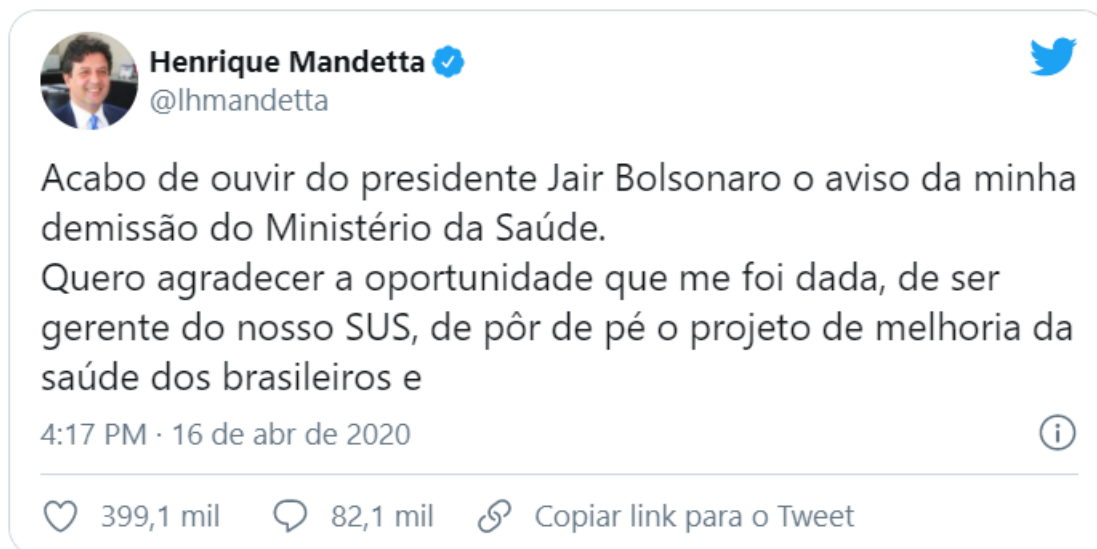


Figura nº7: Pronunciamento após a sua demissão, fonte: Twitter, 16 de abril.

Para o lugar do ex-ministro, o Presidente escolheu o médico oncologista Nelson Teich. Em seu pronunciamento no planalto, Jair Bolsonaro disse: “Foi um divórcio consensual” (cf. G1, Jair Bolsonaro, 2020) e retomou a crítica sobre as medidas de isolamento social em massa, pelo impacto que o isolamento estava trazendo para o aumento do desemprego no Brasil, por consequência, piorando a economia. Prometendo uma mudança em relação às normas estabelecidas, ao lado do novo ministro o Presidente disse: “Gradativamente temos que abrir os empregos no Brasil” (cf. G1, Jair Bolsonaro, 2020).

Com dois dias faltando para completar um mês, Nelson Teich pede a demissão do Ministério da Saúde, no dia 15 de maio de 2020. Ao longo do período que Nelson Teich ficou no cargo como ministro, ocorreram, de novo, atritos sobre o isolamento social, abertura de estabelecimentos comerciais e o uso da cloroquina para tratamentos em pacientes com soro positivo para Sars-CoV-2.

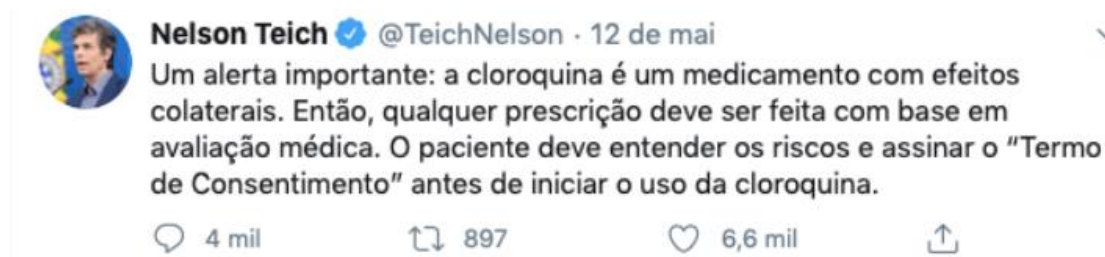


Figura nº8: Declaração do ex-ministro sobre os efeitos colaterais da cloroquina, fonte Twitter, 12 de maio de 2020.

A cloroquina era administrada pelo SUS em casos graves. Ora, o objetivo do Presidente era que o medicamento fosse aplicado no início do tratamento, sendo grave ou leve.

Segundo o Ministério da Saúde, no dia 13 de maio de 2020 aconteceria uma coletiva de imprensa, com o objetivo de orientar sobre o plano com diretrizes para a saída do isolamento social, porém, essa coletiva não aconteceu. O Ministério informou que o plano estava sendo discutido entre os governadores dos Estados e com o Presidente, mas que este não concordou com plano proposto e por esse motivo não foi adiante.

Em discurso, o Presidente apoia, então, a abertura dos comércios, acabando com o isolamento em massa e só permanecendo em casa pessoas de alto risco de contaminar-se, sendo que cientistas e especialistas recomendavam o isolamento social como a melhor forma de conter a propagação do novo vírus. Novamente, Bolsonaro contrariava as orientações do ex-ministro.

Qualquer análise revela a falta de compreensão em relação ao que é melhor para população. Com duas demissões no meio de uma pandemia, a população ficou insegura e descontente, além de o governo ficar desorientado, sem um plano para a contenção do vírus.

2.9.7 Demonstrações empíricas sobre a influência de discursos pronunciados e ações pelo Presidente durante a pandemia

De acordo com dados coletados em pesquisas pela DataFolha, com 1.503 pessoas, mostra-se, nos gráficos abaixo, a opinião de uma parcela da população brasileira sobre o isolamento social no início da pandemia.



Gráfico 1: Questionário realizado pelo DataFolha, 27 de maio de 2020 Fonte: Jornal Globo

Nota-se no gráfico¹ a divisão das pessoas entrevistadas em relação às que “deveriam continuar em isolamento” e às que “deveriam sair para trabalhar”, mostrando uma parcela da população dividida ao longo do mês, sendo que foi possível realizar uma análise do discurso realizado pelo chefe de Estado, no dia 24 de maio de 2020 sobre a “volta à normalidade”, sendo notável o impacto que causa em relação à opinião e ação de uma parcela da sociedade brasileira.

Como pontuado pelo teórico Norman Fairclough, o discurso funciona de maneira coletiva e não individual e, assim, auxilia na construção da sociedade, com suas crenças e ideologias. Discursos como: “O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa” (Jair Bolsonaro, 24 de maio de 2020) mostram o motivo de uma parte da sociedade brasileira não acreditar que o isolamento em massa funcione, mesmo sendo uma recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS). As pessoas tendem a seguir orientações dadas pelo seu líder, por ser a maior autoridade do país.

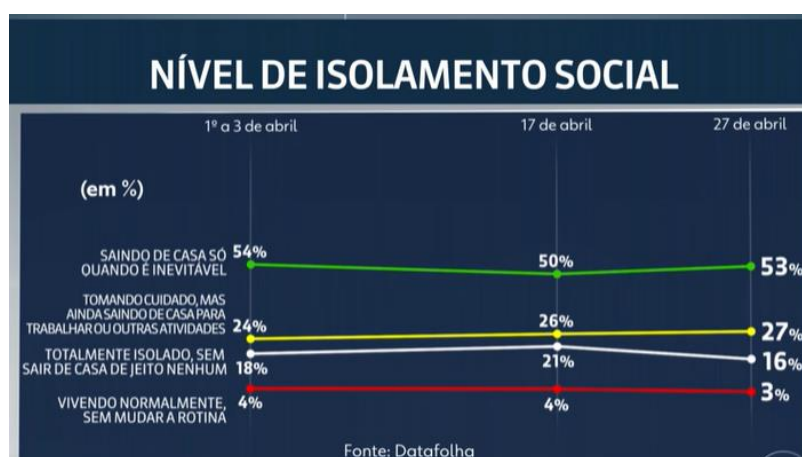


Gráfico 2: Questionário realizado pelo DataFolha, 27 de maio de 2020 Fonte: Jornal Globo

Em relação ao “nível de isolamento”, mostrado no gráfico 2, as porcentagens também se encontram bem divididas, porém, evidencia-se que a maioria da população está saindo apenas quando é inevitável, como ir à farmácia ou mercado.



Gráfico 3: Questionário realizado pelo DataFolha, 27 de maio de 2020 Fonte: Jornal Globo

Porém, quando se observa o gráfico 3, notamos que teve uma queda no início da pandemia sobre “manter as pessoas em casa” ao longo do mês; ocorreu o aumento para “acabar com o isolamento das pessoas em casa” e de pessoas que “não sabem”; evidência de maneira notória que há uma mudança de opinião em um curto prazo.

Através das análises realizadas, é possível ter uma visão melhor do impacto dos discursos na população e no próprio governo, gerando confusão na contenção do vírus, inverdades em relação a tratamentos para o Sars-CoV-2 e provocando um agravamento nos casos de Covid-19 no Brasil. De acordo com os estudos realizados por Cavalcanti, o Presidente Jair Bolsonaro pode ter agravado em 10% os casos de Sars-CoV-2, realizando eventos com milhares de pessoas e com discursos contrários às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde.

Cavalcanti realizou a pesquisa com base na “big data” (2020), comprovando que os discursos e ações do líder podem causar um impacto no aumento de contaminados, estimando-o em 10%. Para Cavalcanti chegar a este resultado de 10%, foi necessário a análise em “município, para medir o distanciamento social” (2020), com a ajuda da empresa In Loco, que realiza o rastreamento de 60 milhões de dispositivos no Brasil, por GPS, Wi-Fi e Bluetooth, tornando possível analisar a localização de cada dispositivo presente nas manifestações que o Presidente promoveu.

Para além disto, o estudo de Calvacanti comprova a influência que um líder tem em relação às ações e percepções de um indivíduo. Seguindo a mesma linha de pensamento, é notável nos gráficos acima, como os discursos do Presidente contribuíram fortemente para a desinformação entre a população, minimizando os efeitos do vírus.

Dados coletados pelo DataFolha revelam a queda da popularidade de Jair Bolsonaro, com a participação de 2.030 pessoas, em que 31% dos brasileiros consideram a gestão boa ou ótima do atual Presidente, que antes era 37%. Além da rejeição do Presidente ter aumentado, os brasileiros que consideram péssima ou ruim a atuação do Presidente fica em 40%, quando anteriormente era de 32% entre as pessoas entrevistadas. Já os que acham o governo regular caiu de 29% para 26%, “oscilação dentro da margem de erro da pesquisa - que é de dois pontos percentuais para mais ou para menos” (Datafolha, 2021) -. Essa pesquisa foi realizada entre o dia 20 e 21 de janeiro de 2021 e os números foram comparados a pesquisa realizada no início dezembro de 2020.

3. Impactos severos em relação à economia e o aumento da taxa de desemprego devido a pandemia no Brasil

O novo vírus tem afetado de maneira drástica o mundo inteiro. Além das lamentáveis perdas de inúmeras pessoas, é necessário lidar com as consequências econômicas que a pandemia pode trazer. Como explica o Jornal G1, o Brasil já estava em uma crise econômica constante e com a chegada do novo vírus só agravou a situação.

O desemprego encontrava-se em uma situação preocupante no Brasil antes da pandemia, porém, em setembro de 2020, bateu o recorde de maior porcentagem de desemprego no país. Conforme a pesquisa levantada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Brasil encerrou o mês de setembro em 2020 com “13,5 milhões de desempregados”, um aumento de 33,1% em comparação ao início da pandemia em maio, mostrando um aumento de 3,4 milhões de brasileiros desempregados.

Número (em mil) de desempregados no Brasil

Em 5 meses de pandemia, contingente de desempregados aumentou 33,1%.



Gráfico: Economia/G1 • Fonte: IBGE

Gráfico 4: Aumento do desemprego na pandemia no Brasil, 23 de outubro de 2020, Fonte: Jornal Globo

Segundo o gráfico 4, nota-se um aumento de quase 1 milhão de pessoas desempregadas a cada mês ao longo da pandemia no Brasil, evidenciando um problema grave em relação ao impacto da Sars-COV-2 na economia e nos trabalhadores.

Taxa (em %) de desemprego no Brasil

Indicador teve alta mensal diante da pandemia e bateu recorde em setembro.

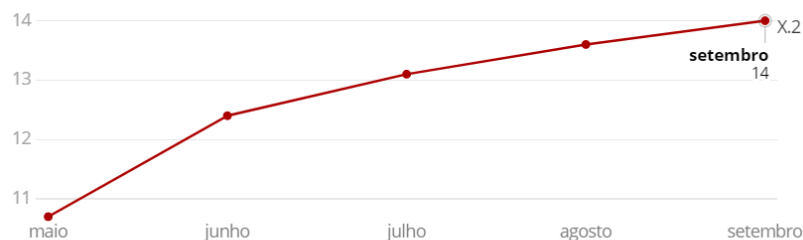


Gráfico: Economia/G1 • Fonte: IBGE

Gráfico 5: Taxa de recorde de desempregados no Brasil em setembro, 23 de outubro de 2020, Fonte: Jornal Globo

O desemprego diante do novo-coronavírus bateu recorde em setembro de 2020 em comparação a outros meses, com uma taxa de 14% de desempregados no Brasil, sendo que, ao mesmo tempo, o número de indivíduos que estavam no mercado de trabalho diminuiu para 1,5 milhão. O jornal G1 e a coordenadora de pesquisa Maria Lúcia, revelam que: “a alta no desemprego é explicada pelo maior número de pessoas voltando a procurar emprego diante da flexibilização do isolamento social pelo país.” (cf. G1, 2020).

Conforme o com o levantamento realizado pelo IBGE, 14 Estados do Brasil têm uma taxa superior à média nacional, mostrando que a região do nordeste foi a mais prejudicada no período da pandemia. Somente alguns Estados mostraram uma diminuição na taxa de desempregos no período de maio até setembro, com uma queda de 1,5% em Santa Catarina

e 3,4% no Mato Grosso, porém, Sergipe mostra um aumento de 126,2%, Maranhão 93,7% e o Ceará 83,5%, como podemos constatar no gráfico abaixo:

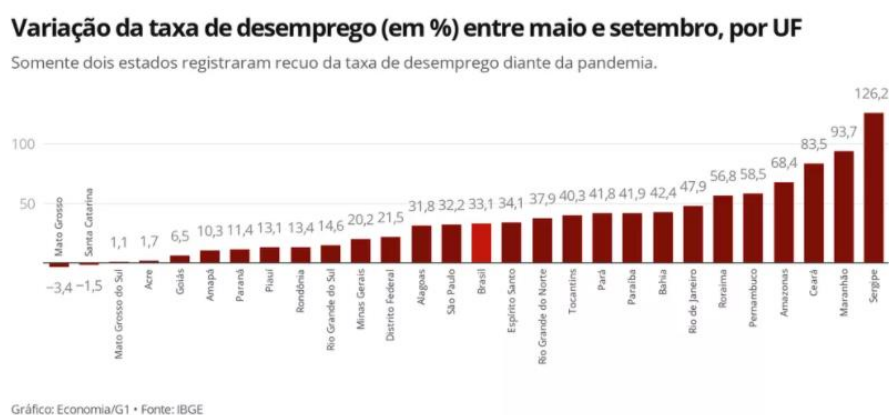


Gráfico 6: Variação da taxa de desemprego entre maio e setembro nos Estados, 20 de outubro de 2020, Fonte: Jornal Globo

Segundo o relatório emitido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Covid), em parceria com o IBGE, a taxa de desemprego bateu recorde em 2020. A quantidade de pessoas desempregas atingiu 14,7%, sendo a taxa mais alta desde 2012, ainda sem uma previsão certa de quando a população será totalmente imunizada, para retornar ao mercado de trabalho. As taxas de desemprego revelavam a tendência para aumentar em todo o Brasil.

“A taxa de desocupação foi de 14,7% no trimestre fechado em abril, 0,5 pontos percentuais acima do trimestre encerrado em janeiro (14,2%). Com isso, o número de desempregados variou 3,4%, com mais 489 mil pessoas desocupadas, totalizando 14,8 milhões buscando um trabalho no país. Essa taxa e o contingente de desocupados mantêm o recorde registrado no trimestre encerrado em março, o maior da série desde 2012.” (IBGE, 23 de outubro de 2020).

Os impactos causados pelo agravamento da economia trazem consequências severas, sem uma previsão do retorno da população para o mercado. Com esse cenário, outro relatório, realizado pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), informou que 30% das famílias brasileiras estiveram em situação de pobreza e passaram fome nos últimos dois meses de 2020, por consequência da crise econômica.

3.1 Como os discursos pronunciados prejudicam na resolução do problema de saúde pública global e agravam a economia (Covid-19)

No início da pandemia, muitos economistas foram contra aos pronunciamentos do Presidente Jair Bolsonaro. O Jornal G1 sublinha o peso do discurso do Presidente para a “volta à normalidade” (anexo1) em que Bolsonaro titula a doença como “gripezinha”, pedindo o fim do confinamento em massa. Logo no começo, o Ministério da Economia afirma que a pandemia não pode sair do controle, pois caso contrário, haveria consequências econômicas graves, a despeito de que salvar vidas deveria ser a prioridade, já que o problema principal era a Covid-19 e não a economia.

O ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, critica as ações do Presidente em relação aos seus discursos sobre o combate ao coronavírus, enfatizando que:

"Hoje nós (precisamos) mais do que nunca de um poder Executivo com capacidade de coordenação, que não estejam em reiterados conflitos com o Congresso, com a comunidade científica, com a mídia profissional, com os fatos e com uma parcela expressiva da opinião pública. O Brasil precisa hoje mais do que nunca de uma serena combinação de humildade e confiança por parte de suas lideranças. Humildade para entender a natureza das incertezas do risco que corremos. Confiança na nossa capacidade de nos erguermos à altura dos desafios atuais que acho que não são poucos. O que os brasileiros não precisam e não merecem nessa hora grave são desvarios e destemperos verbais por parte do Poder Executivo". (Jornal G1, 25 de março de 2020).

Outros ex-ministros se pronunciaram em relação à crise econômica. Henrique Meirelles destacou que o real problema não é a economia, mas sim a pandemia, que está tirando milhares de vidas e que a crise econômica vivenciada no Brasil é consequência do Covid-19. Deve-se preservar as empresas, porém, é um problema de saúde pública, antes é preciso salvar vidas, como cita Meirelles em vídeo divulgado pelo Jornal G1: “Mas a prioridade agora tem que ser conter a razão da crise - que é a pandemia. A razão da crise, que é a doença, preservar a vida das pessoas e depois também preservar a economia” (Jornal G1, 25 de março de 2020).

A falta de coordenação na resolução na contenção do novo vírus pelo Presidente Jair Bolsonaro traz como consequência o agravamento da crise econômica no Brasil.

Segundo o Jornal G1, o Presidente realizou um novo discurso, no dia 5 de janeiro de 2021, afirmando que o “Brasil está quebrado” e por esta razão, não era possível “fazer nada”. (Jair Bolsonaro, 5 de janeiro de 2021). Essa declaração foi realizada enquanto o Presidente saía da Residência Oficial do Palácio da Alvorada, onde um apoiador do Presidente o questionou sobre a economia do Brasil: “Chefe, o Brasil está quebrado, chefe. Eu não consigo fazer nada. Eu queria mexer na tabela do imposto de renda, teve esse vírus potencializado pela mídia que nós temos aí, essa mídia sem caráter” (Jair Bolsonaro, 5 de janeiro de 2021).

Nessa altura, o Brasil estava com 196.641 mortos. Muitos especialistas se posicionam contra o discurso, do Brasil “quebrado” (2021), como a economista Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman, que pontua em uma das suas falas em relação ao discurso do Presidente: “É surpreendente que o Presidente da República dê uma declaração dessa, porque ele tem todos os instrumentos na mão para propor os ajustes necessários para que o país não chegue nessa situação” (cf. Jornal G1, 5 de janeiro de 2021).

Com discursos como a “volta à normalidade” (2020), o chefe de Estado mostra que não é a favor ao isolamento social em massa, pontuando que quem deve permanecer em casa são apenas idosos e pessoas com problemas de saúde, para que a economia não se agrave, mesmo sendo recomendações contrárias do que foi passado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A população é influenciada pelas ações e discursos do seu líder, como já pontuava Cavalcanti, a partir do momento em que os casos de contaminados começaram a ter um crescimento e o presidente minimiza a gravidade do Sars-COV-2, incentivando a população a manter suas rotinas normalmente, como ir em lojas ou até mesmo participar de manifestações.

Cavalcanti em seu estudo conclui que:

“...In this paper, we focus on Brazil, a country where the president publicly spread an anti isolation message. This setting is suitable for exploring the effect of a high-profile political leader's words and actions on the behavior of his followers. Using a social distancing index at the municipal-day level, based on the location of mobile devices, we find a strong persuasion effect of the head of state on behavior in localities where he has the majority of supporters. We document a significant decrease in social distancing in pro-government municipalities following the president's most visible events against self-isolation behavior and policies.” (Calvacanti, 2020, p. 16).

Cavalcanti explica que é possível notar como os seguidores pró-governo mudam o seu comportamento de acordo com as ações do chefe de Estado, permitindo provar que existe uma diminuição em relação ao isolamento em massa em cidades onde tem mais apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro, que, por consequência, aumenta o número de casos de contaminados e mortos por Sars-COV-2. Esse tipo de estudo demonstra o quão forte é o discurso de um líder sobre a população; nesse caso, impactando de maneira negativa, aumentando o número de casos nestas cidades.

Por consequência, os casos se agravaram e o problema econômico que já existia acabou piorando pela falta de organização e orientação do governo Bolsonaro, causando um afastamento de possíveis investidores de outros países, pela maioria não concordar com a

abordagem e ações negacionistas do Presidente Jair Bolsonaro, trazendo, assim, um impacto negativo para esse momento de crise.

3.2 Atitudes Governamentais em relação ao isolamento social em massa

É perceptível, de acordo com as análises realizadas por Michael Löwy, que o chefe de Estado, Jair Bolsonaro, tem a mesma linha de raciocínio que o ex-presidente Donald Trump, quando o assunto é o isolamento social em massa, mesmo sendo um meio de contenção do vírus, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) já tinha pontuado. O Presidente Jair Bolsonaro é contra ao isolamento social em massa, tratando a crise de saúde pública global de forma negacionista.

Como é evidenciado no artigo de Löwy: "Se Bolsonaro conseguisse impor sua orientação, o resultado seriam dez milhões de brasileiros mortos. Isto se chama, na linguagem penal internacional, genocídio. Por um crime equivalente, vários dignitários nazistas foram condenados à força pelo Tribunal de Nuremberg." (Löwy, 2020, p.1).

Nesse trecho, Löwy mostra um ponto muito importante na estratégia que o Presidente Jair Bolsonaro tinha inicialmente, com o programa de imunização em massa e as consequências que teria se realmente conseguisse aplicar essa estratégia no Brasil, sendo que atualmente (2021) são mais de 300 mil mortos pelo Sars-COV-2 (cf. OMS, 5 de julho de 2021).

Quando analisamos as atitudes e discursos do Presidente da República, percebemos o impacto severo sobre a população, colocando o Brasil no pior cenário possível, realizando inúmeros eventos e manifestações que causaram uma aglomeração desnecessária neste momento de pandemia. Foi comprovado pelo estudo de Calvacanti em relação às cidades onde há um número maior de apoiadores do governo Bolsonaro, que também tiveram um nível alto de contaminados e mortos em comparação a outras cidades. Foi possível realizar essa análise através da geolocalização por telemóvel, mostrando que a maioria das pessoas que participaram nos eventos organizados pelo chefe de Estado foi contaminada pelo novo coronavírus.

Se o Presidente Jair Bolsonaro tivesse colocado em prática o seu plano inicial de imunização em massa, os resultados seriam bem mais catastróficos em relação aos números de contaminados e mortos no Brasil. Conforme relatou o jornal El País, que relatou o trabalho do “Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade

de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos” (cf. El País, 2021), duas instituições altamente respeitadas que resolveram se unir e produzir um boletim sobre a situação precária que o Brasil passava com a pandemia. No seu relatório sobre o “Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil”, publicado no dia 21 de janeiro de 2021, lia-se que

“Não é possível mensurar quantas das mais de 212.000 mortes de brasileiros poderiam ter sido evitadas se, sob a liderança de Bolsonaro, o Governo não tivesse executado um projeto de propagação do vírus. Mas é razoável afirmar que muitas pessoas teriam hoje suas mães, pais, irmãos e filhos vivos caso não houvesse um projeto institucional do Governo brasileiro para a disseminação da covid-19.” (cf. El País, Eliane Brum, 21 de janeiro de 2021).

O estudo assinalava que, talvez o governo Bolsonaro tivesse uma estratégia intencional e institucional de propagação do vírus; essa análise foi feita através de ações, resoluções, medidas propostas, discursos, leis e decisões do governo federal. Com o levantamento destas informações, foi possível desenhar um mapa que mostra que o Brasil foi um dos países mais afetados pelo Sars-COV-2, diferentemente de outros países que utilizaram medidas mais rigorosas em relação à contenção do vírus, exprimindo o impacto negativo dos discursos e ações do Presidente Jair Bolsonaro sobre a população.

3.3 Sobre o Auxílio Emergencial no Brasil

Primeiro, é necessário entender alguns conceitos e medidas aplicados no Brasil para diminuir o problema da economia causada pelo novo coronavírus. Segundo o site Gov.br., o auxílio emergencial é um benefício aprovado pelo Congresso Nacional e pelo chefe de Estado, que garante uma renda mínima para as pessoas que se encontram em situação vulnerável ao longo da pandemia. Esse recurso só é utilizado por causa das consequências que o novo coronavírus trouxe às atividades econômicas em 2020 e 2021.

Os trabalhadores brasileiros que estavam ativos até dezembro de 2020, tinham o direito de receber o auxílio emergencial, “de acordo com o art. 2º da lei nº13.982, de 2020, e a extensão do auxílio emergencial que trata a MP nº1000, de 2020” (cf. GOV, março de 2020), sendo necessário verificar se o trabalhador cumpria todos os requisitos para poder aceder ao benefício. O auxílio emergencial se renova automaticamente, tendo em vista que o trabalhador estava recebendo em dezembro de 2020.

Entendendo isso, o governo federal (GOV) pontuou que o benefício duraria até julho de 2020, com uma prorrogação de pagamento em agosto, setembro e outubro. De acordo com

o site G1, dada a gravidade da crise, o governo federal resolveu realizar uma nova rodada do benefício em 6 de abril de 2021. O Executivo divulgou um novo cronograma dos pagamentos, que foram divididos em três parcelas, com o valor médio de R\$250,00 (€40,68). O valor depende da composição do núcleo familiar, sendo: famílias inteiras receberam o valor de R\$250,00; famílias que têm a mulher como a principal provedora o valor é de R\$ 375,00 (€61,03); e para pessoas que vivem sozinhas, o valor é de R\$ 150,00 (€24,41).

Calendário de pagamentos do Auxílio Emergencial 2021

Para inscritos via app e site, e aqueles que fazem parte do Cadastro Único

Nascidos em:	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1ª parcela	6/4	9/4	11/4	13/4	15/4	18/4	20/4	22/4	25/4	27/4	28/4	29/4
Saque	30/4	3/5	4/5	5/5	6/5	7/5	10/5	11/5	12/5	13/5	14/5	17/5
2ª parcela	16/5	18/5	19/5	20/5	21/5	22/5	23/5	25/5	26/5	27/5	28/5	30/5
Saque	31/5	1/6	2/6	4/6	8/6	9/6	10/6	11/6	14/6	15/6	16/6	17/6
3ª parcela	18/6	19/6	20/6	22/6	23/6	24/6	25/6	26/6	27/6	29/6	30/6	30/6
Saque	1/7	2/7	5/7	6/7	8/7	9/7	12/7	13/7	14/7	15/7	16/7	19/7
4ª parcela	23/7	25/7	28/7	1/8	3/8	5/8	8/8	11/8	15/8	18/8	20/8	22/8
Saque	13/8	17/8	19/8	23/8	25/8	27/8	30/8	1/9	3/9	6/9	8/9	10/9

Fonte: Caixa Econômica Federal

Figura nº9: Auxílio emergencial completo de 2021, fonte: G1, 23 de março de 2021

O pagamento é realizado através do Banco Caixa Econômica Federal, em que a pessoa precisa ter uma conta poupança digital aberta, podendo realizar movimentações financeiras através do aplicativo Caixa TEM.

Segundo o site Terra, no fim de janeiro, o Presidente Jair Bolsonaro se pronunciou em relação à segunda rodada do auxílio emergencial em suas redes sociais, pontuando que as medidas “quebrariam o Brasil” (2021), complementando o seu discurso com: "Lamento, o pessoal quer que continue, vai quebrar o Brasil. Vem inflação, descontrole da economia, vem um desastre atrás disso aí. E todo mundo vai pagar caríssimo. E temos que trabalhar" (Jair Bolsonaro, janeiro de 2021).

O tom do discurso realizado pelo Presidente é o mesmo que ele utilizou ao longo dos seus discursos na pandemia, priorizando sempre a economia e colocando em segundo plano a população brasileira. Entretanto, no dia 8 de fevereiro de 2021, o Presidente mudou o seu

tom do discurso, já que estava sofrendo uma pressão muito grande do seu tesoureiro Paulo Guedes.

O presidente aprovou a segunda rodada do pagamento com uma adenda:

"O auxílio emergencial tem um limite. Já se fala em possíveis novas parcelas do auxílio emergencial". E complementou com: "Agora outra coisa também que é complicado, os produtos da cesta básica, em especial os alimentos mais essenciais, arroz, óleo de soja subiram em média 20%. Então, o povo está empobrecendo, perdendo o seu poder de compra"(cf. G1, Jair Bolsonaro, 8 de fevereiro de 2021)

De acordo com o jornal G1, se iniciou a segunda rodada de maneira reduzida, cortando pela metade os beneficiados; em 2020, foram 64 milhões de brasileiros que receberam o auxílio emergencial; com a nova rodada, apenas 32 milhões de brasileiros receberam o benefício, sendo que, o custo revelado pelo Ministério da Economia, no final do ano de 2020, foi de R\$620,5 milhões para gastos no combate contra o Sars-COV-2. O protagonista, que teve o maior gasto, foi o auxílio emergencial, com o custo de R\$321,8 milhões.

3.4 Ampliação de programas governamentais para melhorar a economia

A pandemia causada de Covid-19 trouxe grandes consequência negativas em vários aspectos nas vidas das pessoas; a economia mundial foi afetada, pois algumas empresas foram fechadas, causando uma taxa de desemprego extremamente alta, principalmente no Brasil, onde a situação do desemprego já era presente, mas que se agravou ainda mais com a chegada do novo coronavírus.

De acordo com o estudo realizado por Jeferson Enrique dos Santos e Edi Carlos de Oliveira, pela Universidade Estadual do Paraná, em 2021, sobre o “Empreendedorismo e incentivos governamentais para a sobrevivência de empresas no período da pandemia do coronavírus”, pontua-se que, além de o governo oferecer o auxílio emergencial, ele incentiva na criação de pequenos empreendimentos, sendo umas das formas de contornar a falta de emprego no Brasil.

Nesse contexto, é necessário arquitetar novas estratégias para tentar amenizar o problema econômico. O Estado tem um papel essencial ao apoiar microempresários, já que inúmeras empresas grandes e pequenas sofreram danos devido à crise de saúde pública global. No mesmo estudo, evidencia-se quais foram as medidas que o governo brasileiro adotou para incentivar e apoiar o pequeno empreendedor, já que é uma solução viável para a minimização do impacto negativo econômico no Brasil.

Pontuando que o governo já previa o problema econômico, adita-se que, umas das medidas realizadas foram:

“o banco de horas, alterações em relação às férias e pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mudanças em relação à compensação da jornada laboral (PARMAIS, 2021), além de medidas que foram elaboradas no âmbito dos Estados e municípios. O governo instituiu o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – PRONAMPE, inovando em apoio aos pequenos negócios que hoje são uma das maiores rendas do país. No entanto, para a aquisição do benefício foi necessário que a empresa estivesse com pelo menos um ano em funcionamento, objetivando assim os créditos a serem usados para o que fosse mais vantajoso” (PARMAIS, 2021). (Jeferson dos Santos e Edi de Oliveira, 2021, p. 64).

Essa estratégia em melhorar as condições de pequenos e médios empreendedores foi utilizada em inúmeros países para auxiliar a economia no momento de pandemia, mas o grande problema do Brasil é que antes da pandemia o país já estava passando por um problema econômico e de desemprego, que simplesmente se agravou.

De acordo com o estudo citado, o Estado auxiliou com uma ação para modificar uma medida provisória, sobre a redução da carga horária de trabalho e a diminuição dos salários, modo pelo qual o Estado poderia oferecer o auxílio para pessoas que tiveram os salários e a carga horária reduzidas.

Outra ação que foi colocada para auxiliar os empreendedores, de acordo com o Conselho Monetário Nacional (CMN), foi que pequenas e médias empresas poderiam ter a chance de renegociar as suas dívidas, permitindo uma prorrogação de 60 dias após o vencimento da dívida.

Segundo o Ministério da Economia, no início do ano de 2021, foram implementadas medidas para auxiliar na permanência das empresas no mercado, com o objetivo de ajudar ao longo da crise pandêmica, sendo assim, o governo realizou mais duas medidas além dessas que foram mencionadas, “Trata-se do adiamento de 3 meses, por parte das empresas, para o pagamento do imposto Simples Nacional e a liberação de crédito por meio do Programa de Geração de Renda–PROGER, destinados a melhorar o capital de giro das empresas” (Ministério da Economia, 2021).

Mesmo o governo realizando medidas para minimizar o problema econômico, a taxa de desemprego aumentou consideravelmente ao longo da pandemia. De acordo com o que foi divulgado pelo site G1 e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 o desemprego teve um aumento de 13,5% num momento em que o Brasil estava com mais de 12 milhões de pessoas desempregadas. Em 2021, foi realizada uma nova pesquisa pelo

IBGE que evidenciou como no trimestre encerrado em janeiro, o Brasil bateu o recorde no número de desempregados, atingindo 14,3 milhões de pessoas.

Evolução da taxa de desemprego

Índice no trimestre



Fonte: IBGE

Figura nº10: Taxa de desemprego no Brasil em 2020 e 2021 (Fonte: G1, 11 de abril de 2021)

Mesmo o governo incentivando a economia com o auxílio emergencial e facilitando a abertura de empresas, o desemprego constituía um dos maiores problemas de crise econômica. O Presidente Jair Bolsonaro se posicionou em relação à questão econômica quando foi questionado sobre a situação financeira do Brasil. Em um pronunciamento no parlamento declarou que:

“Chefe, o Brasil está quebrado, e eu não consigo fazer nada. Eu queria mexer na tabela do imposto de renda, teve esse vírus, potencializado pela mídia que nós temos. Essa mídia sem caráter. É um trabalho incessante de tentar desgastar para tirar a gente daqui e atender interesses escusos da mídia.” (Jair Bolsonaro, 5 de janeiro de 2021).

Conforme o jornal Folha, o Ministério da Economia posicionou-se em relação ao discurso do Presidente sobre a sua área de tutela. Paulo Guedes, que era o responsável pela área econômica do Brasil, pontuou que o país não estava quebrado, mas em recuperação, tendo um olhar otimista, com base em nos planos econômicos para minimizar os efeitos da pandemia no Brasil.

É possível analisar as tentativas do governo de melhorar a econômica através de arrecadação de impostos, reformas estruturantes no congresso, auxílio emergencial e o incentivo para os empreendedores. Mas essas contradições de discursos sobre a situação do Brasil em relação à economia podem trazer uma instabilidade para o país e, possivelmente, acarretar a falta de investimento de outros países, dado que o Presidente tem um posicionamento diferente do seu próprio Ministério da Economia.

3.5 Aumento da pobreza e falta de apoio do governo Jair Bolsonaro

É importante entender que sempre existiu uma crise em relação à desigualdade e fome no Brasil, mas com a pandemia, a situação piorou. Por conta disso, é necessário entender o cenário da fome e da pobreza antes da pandemia, para entender como o governo com ações e discurso procurou, no período aqui considerado, auxiliar a população brasileira.

Para trabalhar com essa análise sobre o cenário brasileiro em relação à fome e à pobreza, recorreremos ao estudo realizado, em 2021, pela Dr.^a Samyra Rodrigues da Cruz, com o tema: “Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do COVID-19”. O estudo resgata a situação do Brasil em relação à fome, focando no período de 2003 até 2019. O estudo tem como objetivo comprovar que o impacto da pandemia vem intensificando a crise econômica no Brasil, que já estava em andamento, afetando outros setores, como a segurança e a alimentação e que, por consequência, traz o agravamento de pessoas na pobreza no país.

A fome e a pobreza podem ocorrer por inúmeros fatores, como catástrofes naturais e guerras civis, mas o foco do estudo realizado pela Dr.^a Rodrigues é comprovar que a fome e a pobreza são uma violação dos direitos humanos, e que, atualmente, muitas pessoas não têm o poder aquisitivo para comprar comida no país. Neste sentido, trata-se de uma questão social em que o capitalismo é um grande potencializador do aumento da pobreza e desigualdade social.

Historicamente, o Governo não considerava que a fome era uma violação dos direitos humanos, mas um problema de falta de organização em relação ao reabastecimento de alimentos e de produção, dado que inúmeros projetos governamentais ficavam parados por longos períodos.

Segundo o estudo, as perspectivas começaram a mudar em relação à fome, nas eleições de 2003, com a vitória do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em que a resolução da

fome e da pobreza começou a ser colocada em primeiro lugar nas estratégias governamentais. Implementando o Programa Fome Zero², que tinha o intuito de melhorar a segurança alimentar da população, oferecendo recursos para a diminuição da situação de carência, auxílio financeiro, reforma agrária e empregos, entre outras estratégias. Com isso, é importante dar ênfase ao Programa do Bolsa Família (PBF)³, que ajudou inúmeras famílias que se encontravam em extrema pobreza, com um auxílio financeiro entre R\$ 89,00 até R\$178,00 mensais, com o euro valendo 6,16 em setembro de 2021, o que equivale em euro entre €14,43 até €28,85.

Com estas novas aplicações de estratégias, o Brasil conseguiu sair do Mapa Mundial da Fome, conforme divulgado em 2014 pela Organização das Nações Unidas (ONU), diminuindo drasticamente o percentual de pessoas passando fome no país, um marco de extrema importância.

Porém, em 2019 face ao Sars-COV-2, uma doença totalmente nova e desconhecida para os cientistas, tornava-se, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), necessário realizar medidas básicas para evitar a disseminação do vírus, como o isolamento social, utilização de máscara e manter as mãos higienizadas.

De acordo com o estudo da Dr.^a Rodrigues, alguns líderes mundiais ignoraram as recomendações da OMS, tendo uma posição totalmente negacionista em relação à ciência, e no Brasil não foi diferente, o chefe de Estado incentivou de maneira negativa a população relativamente às recomendações de cientistas, minimizando o vírus.

Desse modo, graves consequências ocorreram ao longo da pandemia piorando a situação já existente no Brasil, como a crise econômica e política, forçando a sociedade aprender a lidar com o isolamento social em massa, o que afetou inúmeras áreas humanas. Porém, a Dr.^a Rodrigues pontua que existiu uma péssima gestão na pandemia, agravando ainda mais uma situação que já era difícil.

O estudo sublinha que existe um grande risco de o Brasil voltar ao Mapa Mundial da Fome, causado pela má gestão da pandemia:

“[...] o governo Bolsonaro tem sido mais explícito no desmonte da política de segurança alimentar construída no primeiro governo Lula e que foi responsável

² O Programa Fome Zero foi elaborado pelo Instituto Cidadania em 2001, sob a coordenação geral de José Graziano da Silva, e com a participação da sociedade civil organizada. Ver <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>

³ O Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836/04, é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. Ver <https://www.sedes.df.gov.br/bolsa-familia/>

pela saída do Brasil do Mapa da Fome. Nessa circunstância de desmonte da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil não há dúvida de que nós corremos o risco de voltar ao Mapa da Fome ainda em 2020 com os efeitos dessa pandemia.” (cf. periódicos, Samyra Cruz, BRASIL DE FATO, 2020)

O Brasil permanece com uma porcentagem baixa da população em situação de pobreza e fome em 2020, mas a pesquisa aponta que alguns dados ainda não foram completamente coletados; novos elementos sugeriam que, em relação à alimentação escolar, que em 2019 foi prestada, esta teve um reflexo positivo nos relatórios de 2020.

De acordo com o estudo “existe um relatório elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e pela Food and Agriculture Organization (FAO)” (cf. periódicos, Samyra Cruz, 2021), segundo o qual a fome já é uma consequência da pandemia, sendo sempre um grande desafio em qualquer país do mundo. O relatório evidencia que em 2020 a situação de extrema pobreza atingiu 16 milhões de pessoas, mostrando que a péssima gestão que o Brasil está sofrendo durante a pandemia, só vem agravando ainda mais uma situação que já era uma consequência inerente à situação pandêmica, fazendo com que, em 2021, o Brasil retorne ao Mapa da Fome, devido à falta de práticas básicas de segurança alimentar.

Assim, é possível notar a negligência em relação à segurança alimentar no Brasil, e o cenário atual da fome e pobreza no país evidenciam a falta de priorização de um plano estratégico para a minimização da pobreza e da fome, comprovando a falta de empatia com a população e suas necessidades básicas.

4. A falta de empatia em discursos sobre a insuficiência de recursos para o SUS e hospitais particulares

É importante entender e criar uma consciência que o Sars-COV-2 não é o único inimigo; a falta de empatia na sociedade é um ponto extremamente prejudicial para a população que está em uma crise. Analisando deste ponto, muitos discursos e ações ao longo da pandemia no Brasil foram considerados desumanos quando o assunto era sobre a falta de recursos em hospitais públicos e particulares.

Conforme o jornal G1, já se evidenciava um problema na área da saúde como a por falta de medicamentos utilizados na intubação de pacientes graves com o diagnóstico positivo para Sars-COV-2. O Ministério da Saúde requisitou mais de 655 mil medicamentos para atender às demandas dos hospitais públicos e particulares, após governadores e prefeitos

alertarem o governo federal sobre a falta de medicamentos e sobre o aumento significativo de pacientes internados por Sars-COV-2.

Em março de 2021, um relatório foi realizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), pontuando que os medicamentos e oxigênios estavam prestes a esgotar em mais de 76 municípios de 15 estados. Isso mostrava uma grave crise de gestão de abastecimento para atender todos os hospitais de saúde pública e particular.

Em Porto Alegre, um hospital “registrou instabilidade na distribuição do oxigênio” durante 30 minutos, quando 26 utentes estavam internados por Sars-COV-2 e no momento da “instabilidade” recebiam “ventilação mecânica”. (cf. G1, 20 de março, 2021). No estado de São Paulo aconteceu o mesmo problema de fornecimento de oxigênio e foi necessária a transferência de 10 pacientes que precisavam urgentemente de oxigênio no internamento.

Não obstante, em novembro de 2020, o Presidente Jair Bolsonaro voltou a minimizar o novo coronavírus, quando foi pressionado a falar sobre o número de mortes e a falta de recursos hospitalares. Em seu discurso no dia 10 de novembro de 2020 pontuava que:

“Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas. Olha que prato cheio para a imprensa. Prato cheio para urubuzada que está ali atrás. Temos que enfrentar de peito aberto, lutar, que geração é essa nossa?” (cf. G1, Jair Bolsonaro, 20 de novembro de 2020).

Discursos como este minimizam a doença e demonstram uma falta de empatia pelas famílias do Brasil, mostrando nenhum fundamento ou estratégia para minimizar os danos causados pela Sars-COV-2. Neste momento do pronunciamento, o Brasil estava com quase 200 mil mortos. Diante do cenário que o Brasil se encontra após um ano de pandemia, é importante entender qual o posicionamento do governo federal em relação à falta de recursos e qual a estratégia para atender à demanda dos hospitais públicos e particulares.

4.1 Pronunciamentos sobre a superlotação de pacientes em hospitais públicos e privados

O Brasil, ao longo da pandemia, vivenciou um colapso no plano logístico no abastecimento de fornecimento de medicamentos e principalmente na superlotação dos hospitais públicos e particulares. De acordo com o jornal G1, um dos estados que sofrem com a superlotação e a falta de oxigênio foi Manaus, onde 235 pacientes tiveram que ser

transferidos por causa desse colapso local em relação ao abastecimento de medicamentos e falta de leito.

O governador Wilson Lima se posicionou em relação ao problema de falta de recursos e fez um plano de logística para dividir as 235 pessoas em seis estados, como Goiás, Piauí, Brasília, Paraíba e Rio Grande do Norte. O governador mencionou que realizou um estudo nestes estados para não sobrecarregar o sistema de saúde e acolher esses pacientes com Sars-COV-2 que precisavam de um internamento com oxigênio.

O atual representante do Ministério da Saúde, coronel Franco Duarte, se manifestou em relação à logística de transporte desses pacientes e afirmou que “todos estamos voltados para o foco no paciente, para que a gente tenha sucesso e que chegue no destino com toda a segurança e o acolhimento que o nosso doente tem que ter, que é o acolhimento de excelência”. (cf.G1, Coronel Franco Duarte, 2020).

Duarte enfatizava uma das razões para o colapso por falta de medicamentos, a utilização do oxigênio nos pacientes que não estão em estado grave da doença e a dificuldade no plano estratégico de logística para enviar os recursos para o Amazonas. O posicionamento do chefe de Estado foi diferente. Em junho de 2020, o presidente Jair Bolsonaro pediu para que seus apoiadores encontrassem um modo de entrar nos hospitais para filmarem a situação no meio da pandemia, a fim de provar se existem ou não leitos ocupados por pacientes com Sars-COV-2.

Segundo o jornal G1, o Presidente incentiva a população a visitar os hospitais para verificar se realmente as pessoas estavam internadas por Sars-COV-2. Muitos governadores e outras instituições reagiram de maneira negativa ao discurso do Presidente Jair Bolsonaro.

Em uma transmissão nas redes sociais, o Presidente pontua:

“Seria bom você fazer na ponte da linha. Tem hospital de campanha perto de você, hospital público, arranja uma maneira de entrar e filmar. Muita gente está fazendo isso e mais gente tem que fazer para mostrar se os leitos estão ocupados ou não, se os gastos são compatíveis ou não. Isso nos ajuda.” (cf. G1, Jair Bolsonaro, 12 de junho de 2020).

O Conselho Nacional de Saúde se posicionou, afirmando que esse tipo de pronunciamento pode impactar negativamente e de forma irreversível num momento de crise de saúde pública e soltou a seguinte nota: “Total desprezo pela vida da população, não expressando qualquer sentimento de solidariedade, empatia e compaixão. Essa atitude representa constrangimento aos pacientes que se encontram internados.” (cf. G1, Conselho Nacional de Saúde, 12 de junho de 2020).

O Brasil está passando por um colapso no sistema de saúde pública muito severo, e com esse tipo de discurso do Presidente, incentivando pessoas a filmarem a situação precária dos hospitais, demonstrava uma total falta de empatia com os pacientes, ao gerar uma aglomeração desnecessária.

4.2 O debate sobre a falta de equipamento nos hospitais

Com a alta demanda de equipamentos, devido à pandemia, muitos hospitais no Brasil estavam enfrentando uma falta severa de abastecimento de produtos. Com isso, muitas empresas de vários setores se mobilizaram para reunir produtos e equipamentos. Segundo o site El País, esse movimento é chamado de “reconversão industrial ou conversão produtiva”, sendo, à data, uma das melhores estratégias para auxiliar no abastecimento de produtos como, máscaras, oxigênio e medicamentos necessários para os tratamentos para o Sars-COV-2.

De acordo com o jornal El País, sobre a “Falta de insumos médicos”, em março de 2020, alguns economistas apontavam que é um ótimo plano para não depender de outros países para o abastecimento de insumos, como a China, que é um dos maiores fornecedores globais. Como muitas empresas foram fechadas temporariamente, como o setor automóvel, neste período, muitas fabricas se uniram, como a Chevrolet, que propôs arrumar “os respiradores que não estavam funcionando” (ElPaís, 2020) em hospitais públicos e privados pelo Brasil. Enquanto a empresa Mercedes-Benz realizou uma “parceria com o Instituto Mauá de Tecnologia e a Universidade de São Paulo (USP)” (ElPaís, 2020), para desenvolver um protótipo de aparelhos respiratórios “utilizando peças da indústria automotiva” (ElPaís, 2020), além de, realizar a produção de máscaras de acetato.

Mesmo com o auxílio de algumas empresas para suprir a falta de medicamentos e equipamentos, o Brasil ainda sentia a escassez em inúmeros hospitais, segundo o artigo realizado pelas estudiosas, Kenya Valeria Micaela de Souza Noronha e Monique Felix Ferreira, sobre a “Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários”.

Sendo objeto do artigo analisar a alta demanda em hospitais públicos e particulares por decorrência da pandemia, mostravam-se resultados tangíveis sobre a sobrecarga de leitos em várias regiões do Brasil, pontuando a situação crítica em que os hospitais se encontravam,

atendendo pacientes além da capacidade, impactando de maneira irreversível pacientes que estavam com sintomas mais graves do novo coronavírus. O estudo evidenciava três possíveis soluções para minimizar o problema: a redução da propagação do Sars-COV-2, aumento de leitos nos hospitais e campanhas para construção de novos hospitais públicos.

“Essa oferta equivale a aproximadamente 2,3 leitos por 1.000 habitantes, o que corresponde a praticamente metade da média observada em 2017 para os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE4)”. “Em relação à estrutura hospitalar, o Brasil é comparado com o sistema privado de países como o “Canadá, Reino Unido e Suécia.” (Kenya; Monique, 2021).

Além disso, era necessário melhorar a logística na demanda de medicamentos para microrregiões e macrorregiões pelo país. Alinhar as estratégias para atender a alta demanda de pacientes e minimizar os danos da Sars-COV-2. Os resultados do artigo mostram que em 2019 o Brasil tinha 8.139 instalações hospitalares e 490.397 leitos.

“O Brasil conta com 270.880 leitos gerais (clínicos e cirúrgicos) e 34.464 leitos de UTI adultos, sendo 66% e 48% disponíveis para o SUS, respectivamente. Chama a atenção o elevado número de hospitais de pequeno porte, 5.345 hospitais (66%), dos quais 70% têm até 29 leitos. Somente 10% dos estabelecimentos hospitalares são de grande porte (acima de 150). Embora em menor número, esses hospitais concentram 42% dos leitos, seguidos dos de médio porte (51 a 150 leitos), com 35%. A taxa de ocupação dos leitos gerais no SUS é relativamente baixa para os hospitais de pequeno porte, 24% (até 29 leitos) e 32% (entre 30 e 50 leitos), comparada a 75% nos hospitais de grande porte. Para leitos de UTI, percebe-se o esgotamento maior do sistema de saúde, principalmente, nos hospitais de grande porte, com taxa de ocupação média de 60% (médio porte) e 77% (grande porte).” (Kenya; Monique, 2021)

Segundo o estudo, foi evidenciada a situação crítica do sistema de saúde agravada pela pandemia em 2020 e 2021, gerando uma demanda muito mais elevada, pontuando o resultado realizado em algumas regiões do Brasil e mostrando que a taxa de mortalidade vinha aumentando de maneira drástica, em regiões que não estavam preparadas para atender uma demanda muito alta de pacientes. Inúmeros hospitais estão funcionando além da sua capacidade, prejudicando o atendimento e a recuperação de inúmeros pacientes em situação mais grave.

O pico de agravamento do serviço de saúde ocorria em regiões como o Norte e Nordeste do país, sendo que a falta de informação sobre o novo coronavírus fez com que o vírus se

⁴ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), criada pela Convenção de 30 de setembro de 1961, é uma organização de cooperação internacional, com sede em Paris, dedicada ao desenvolvimento global. Fonte: <https://dgpj.justica.gov.pt/Relacoes-Internacionais/Organizacoes-e-redes-internacionais/Organizacao-para-a-Cooperacao-e-Desenvolvimento-Economico>

espalhasse com mais facilidade, já que a população não estava totalmente ciente dos riscos e da gravidade da doença.

Em outras regiões, o estudo realizou uma simulação elaborada para entender a demanda nos hospitais da região Sudeste e foi constatada uma maior disponibilidade de oferta para atender a população. Em contrapartida, mostrava uma alta taxa de infecção na mesma região, como em São Paulo e Rio de Janeiro. O atraso nas estratégias para diminuir a propagação do vírus, trouxe um impacto negativo em relação à oferta de hospitais públicos e privados, causando, assim, um colapso no atendimento de saúde no Brasil.

4.3 Discursos sobre a recusa na compra de vacina Pfizer

O Brasil tem enfrentado ao longo da pandemia inúmeras dificuldades em relação à logística e estratégia para a contenção do novo coronavírus, e um ponto importante é entender o motivo do atraso das vacinas, que poderiam ter salvado milhares de vidas.

Segundo o estudo realizado por Marcia Couto, Carolina Barbieri e Camila Matos, em 30 de janeiro de 2021, sobre “Consideração sobre o impacto da covid-19 na relação indivíduo-sociedade: da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina”, assume-se que existe uma complexidade em relação à hesitação da vacina no indivíduo, que já existe há muitos anos no Brasil. Desde 1960, aconteceram inúmeras campanhas de vacinação em massa contra a varíola empreendidas pelo Estado brasileiro, processo que foi chamado de “cultura da imunização”. A partir desse momento foi criado um programa especial chamado “Programa Nacional de Imunização” (PNI) em 1975. Desde então, o PNI tem sido o responsável por organizar ações de vacinação no Brasil, tornando acessível a oferta de imunização de forma gratuita e unificada por todo o país. Com o PNI foi possível melhorar a taxa de cobertura de vacinas por todo o Brasil, reduzindo inúmeras infecções e doenças.

Segundo o estudo, nem sempre foi racional a relação do indivíduo com a vacina. A resistência e negação das vacinas fazem parte da história do Brasil e não só, contando-se com vários “movimentos antivacina ao redor do mundo”. (Couto; Barbieri; Matos, 2021).

“A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a hesitação à vacina como o atraso ou recusa, apesar da disponibilidade, na administração das vacinas preconizadas (WHO, 2014). A hesitação compreende um amplo espectro de posturas, desde o receio até a total recusa, possuindo diversas gradações. Trata-se de um fenômeno social complexo, à medida que disse respeito a um ideal coletivo, de um grupo de pessoas que manifesta em seus questionamentos dimensões como a liberdade individual,” (Couto; Barbieri; Matos, 30 de janeiro de 2021).

Ou seja, é um fenômeno coletivo em que um grupo de indivíduos questiona sobre a sua própria liberdade de escolha em relação à vacina, sendo que até, à data da redação desta dissertação, 2021, existem grupos que questionam a eficácia da imunização. Essa hesitação começou a nascer na Europa, atingindo países com uma alta economia e tem “como marco a publicação do artigo fraudulento de Wakefield” em 1998 (Couto; Barbieri; Matos, 2021). Após a confirmação da fraude e de provas científicas, mostrando a eficácia da vacina, muitas pessoas mantiveram uma posição negacionista em relação à vacinação que, atualmente, subsiste ainda como um grande debate em aberto.

O estudo pontua uma forte tendência decrescente, desde 2016, em relação à vacinação no Brasil, mostrando uma queda significativa de pessoas imunizadas, o que, por consequência, aumenta doenças transmissíveis, como, por exemplo, o sarampo, que foi considerado extinto em 2016 no Brasil. Pesquisas realizadas pela Organização Mundial de saúde (OMS) evidenciaram, em 2018, a “maior incidência de sarampo no mundo desde 2006.” (Couto; Barbieri; Matos, 2021). Sendo que em 2019 foi registrado um número elevado de casos de sarampo. No início da pandemia no Brasil, nas primeiras 15 semanas, foram confirmados 2.369 casos e 4 óbitos por sarampo.

“É necessário, ainda, compreender a opção por (não) vacinar como parte de um contexto sociocultural múltiplo e amplo, pois as representações dos pais sobre o cuidado parental por parte dos casais de alta renda e escolaridade se baseiam na mesma ordem simbólica (proteção, responsabilidade e dever), independentemente da escolha que fazem quanto à vacinação dos filhos: tanto os que vacinam quanto os que hesitam acreditam que estão cuidando e protegendo seus filhos” (Barbieri; Couto, 2021).

Para além disso, o negacionismo e a diferenciação social interferem neste contexto da saúde. Mesmo tendo acesso, o indivíduo na sociedade brasileira tem inúmeras dificuldades em relação à aquisição de informação, sobretudo entre os estratos de renda mais baixa.

Segundo o estudo, existe um conflito entre o individual e o coletivo. Esse conflito agrava-se devido à pandemia de Covid-19. O objetivo da vacinação neste meio pandêmico é realizar uma imunização coletiva para diminuir a propagação do vírus, além de evitar que o número de mortos aumente. A hesitação para tomar a vacina parte sobretudo de indivíduos e de núcleos familiares bem específicos, mais vulneráveis ao discurso do chefe de Estado que, numa coletiva de imprensa, afirmava:

“Lá no contrato da Pfizer, está bem claro: nós (a Pfizer) não nos responsabilizamos por qualquer efeito secundário. Se você virar um jacaré, é

problema seu....” “...Se você se transformar em Super-Homem, se crescer barba em alguma mulher aí, ou algum homem começar a falar fino, eles (Pfizer) não têm nada com isso.” (cf. Diário de notícias, Jair Bolsonaro, 18 de dezembro de 2020).

O chefe de Estado já mostrara em vários discursos e ações o negacionismo em relação à vacina. Com isso, o governo Bolsonaro recusou mais de 14 vezes as vacinas oferecidas pela Pfizer, o que teve consequências severas na demanda de recursos em vários hospitais. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu autorizar a aquisição pelos governadores e prefeitos, uma forma de facilitação para a população tomar a vacina contra o Sars-COV-2.

De acordo com a BBC, foram mais de 70 milhões as doses recusadas pelo Governo Bolsonaro. Em seu discurso, Fábio Wajngarten, ex-secretário da comunicação, realizou críticas duras em relação ao ex-ministro da saúde Pazuello, mencionando que o resultado de 2020 em relação à compra das vacinas pela Pfizer foi “incompetência e ineficiência” (cf. BBC, Schreiber, 2021).

Porém, Wajngarten retirou totalmente a culpa do chefe do Estado, direcionando a responsabilidade pela recusa das compras da vacina a Pazuello, numa tentativa de inocentar o Presidente.

Ainda segundo a BBC, o contrato com a Pfizer só foi aprovado em março de 2021, realizando-se a compra de 100 milhões de doses, sendo que a entrega das vacinas ocorreu apenas no terceiro trimestre.

Esse atraso e a recusa na compra trouxeram consequências irreversíveis, prejudicando a saúde pública no Brasil, que entrou em colapso, e na vida da população brasileira.

4.4 O negacionismo em relação à vacina no Brasil

Ao longo da pandemia nota-se fortemente a presença do negacionismo em vários aspectos: na recomendação de remédios sem comprovação de eficiência contra o Sars-COV-2, na minimização do vírus, na falta de incentivo em relação à utilização de máscaras, promovendo aglomerações e em discursos contra a vacina, tomando proporção alarmante e prejudicando a vida dos brasileiros.

De acordo com o artigo realizado pela jornalista científica, Luciana Rathsam, da Universidade Unicamp, intitulado “Negacionismo na pandemia: a virulência da ignorância”, em 2021, este só tem como objetivo evidenciar incertezas, de influenciar e disseminar inverdades em relação à pandemia, impactando de forma negativa na resposta do país para enfrentar o vírus.

Negacionismo não é somente uma Fake News específica, é um conjunto de ideias, que primorosamente recusa-se a acreditar no conhecimento, em provas científicas tangíveis, em alegações lógicas em benefício de interesses políticos.

Em seu artigo, Rathsam evidencia que:

“Nesse contexto, a coerência torna-se irrelevante. Um exemplo disso é o modo como os discursos negacionistas em relação à pandemia foram se modificando: no começo, os negacionistas disseiam que a Covid era uma farsa, uma “gripezinha”. Depois, admitiram a existência da doença, mas negaram a sua gravidade e criaram teorias conspiratórias, atribuindo aos chineses a criação do coronavírus, como uma suposta arma biológica.” (Luciana Rathsam, 14 de abril de 2021).

A ignorância não gera o negacionismo, mas sendo este produzido com intenção de divulgar uma informação que beneficie de alguma maneira quem o promove, ele é normalmente é propalado por pessoas instruídas e inteligentes, que detêm o conhecimento, negando qualquer tipo de evidência e influenciando outros indivíduos ao seu favor. “É uma construção articulada por pessoas que possuem altíssima informação e meios sofisticados de produzir comunicação e que constroem espaços seletivos, no qual grupos enormes de pessoas são expostas à desinformação”. (Luciana Rathsam, 14 de abril de 2021).

Segundo o estudo, Rathsam, pontua que, tratando-se de um vírus novo, é natural surgirem muitas dúvidas e discussões entre cientistas. Por isso, existem inúmeros estudos, por vezes dissonantes, para analisar, pesquisar e comprovar como podemos minimizar a propagação do vírus e até o desenvolvimento da cura. O negacionismo é o contrário, negando todas as provas e gerando conflitos sobre a informação correta. É importante diferenciar opinião pessoal em relação à ciência e a “formulação negacionista no plano da opinião pública” (Rathsam, 2021).

Rathsam alerta para a importância da opinião pública, e de como pode ser manipulada com discursos e ações, gerando conflitos no indivíduo. Como exemplo, Rathsam cita o livro *Merchants of doubt* (Mercadores da dúvida), de Naomi Oreskes e Erik Conway, que estuda a manipulação em massa através da adoção de estratégias negacionistas para favorecer o interesse político e econômico. “O negacionismo está conectado a inúmeros grupos sociais, [que] não se sentem representados pelos arranjos políticos e econômicos dominantes no mundo globalizado e que julgam as instituições sociais consolidadas”. (Rathsam, 2021).

De acordo com o estudo, demonstra-se que o negacionismo está usualmente associado a governos autoritários, com o objetivo de abalar a veracidade da informação, impactando negativamente sobre qualquer debate racional, constituindo, assim, um risco para manter a democracia.

Rathsam traz um ponto importante em relação à evolução da ciência no Brasil:

“A tentativa de deslegitimar a ciência é nociva para a sociedade, especialmente nesse momento de crise sanitária. O Brasil possui vasta experiência no enfrentamento de epidemias e a reconhecida expertise em pesquisas e práticas relacionadas à Saúde Pública. Conforme lembra Miranda de Sá, as epidemias estiveram na origem da criação de algumas importantes instituições, como o Instituto Butantã em São Paulo e do Instituto Soroterápico no Rio, atual Fiocruz, criados para a produção de vacina e soro contra a peste bubônica, que chegou ao Brasil na virada do século 19 para o século 20.” (Luciana Rathsam, 14 de abril de 2021).

O Brasil é conhecido por ter o programa mais completo em relação à vacinação, justamente por causa dessa convivência com inúmeras epidemias. Com a criação do Programa Nacional de Imunização (PNI) em 1973, hoje notamos que mesmo com um dos melhores programas para vacinação em massa, o país foi prejudicado pela falta de investimento e por ações e discursos negacionistas.

Normalmente, um discurso negacionista invoca falsamente a ciência, quando usa argumentos técnico-científicos ou mesmo tentando associar algum contexto científico, sem nenhuma comprovação científica. O Brasil, por ter um histórico de inúmeras epidemias, sempre teve um grande potencial em relação às pesquisas científicas, o que resultou na evolução da área de saúde pública.

Neste momento a crise na saúde pública global pode ser uma chance para melhorar o programa de ação, para aprimorar os investimentos em ciência e na valorização do sistema público de saúde. Hoje não são suficientes os debates em relação à emergência sanitária, e como impactam a economia e a saúde. É importante revisar este momento de crise para melhorar o nosso autoconhecimento, sempre colocando na frente a ciência e as pesquisas, que ajudam até hoje a minimizar as doenças que temos no mundo.

De acordo com a organização Abrasco, é possível perceber o negacionismo na insistência com que o chefe de Estado do Brasil se posiciona contra a vacina, pontuando que ela poderia mudar o DNA, alegando que as pessoas poderiam “virar um jacaré” (2021), abdicando da responsabilidade das consequências que a vacina da Pfizer pode trazer. Mesmo não tendo nenhuma prova científica, o chefe de Estado sempre se posicionou contra a vacinação de forma negacionista. O Brasil só conseguiu realizar o seu programa de imunização em 2021, quando o instituto Butantan foi finalmente fechado com o Governo brasileiro. Depois que a Anvisa aprovou as vacinas CoronaVac, foi-se iniciando o processo de imunização no dia 17 de janeiro de 2021, em São Paulo.

Segundo a Abrasco, o início do processo de imunização em massa foi impactado com a falta de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs). Dessa forma, é perceptível a dependência da produção chinesa. A falta de investimento científico no Brasil ficou evidente e é possível realizar a correção para que o Brasil não dependa de outros países, principalmente nesta crise de saúde pública.

5. CONCLUSÃO.

Explorámos, ao longo da exposição teórica desta dissertação, o discurso como matéria social e fator de formação de quadros mentais individuais e coletivos. Abordou-se a relação entre a produção de discurso público e a conversação quotidiana, no modo como este é enquadrado e recebido pelos destinatários, nomeadamente como a sua base ideológica o dota de uma significação e de um sentido ordenadores (Orlandi) que ligam a produção discursiva aos comportamentos, mediante uma realidade que socialmente vai sendo construída pelos enunciados na dinâmica dos interdiscursos em circulação num dado momento histórico. Abordámos estes temas a partir de autores como: Fairclough, Orlandi, Austin, Grice, Bourdieu e Grize.

Em seguida, sublinhou-se como o fato de, num regime presidencialista, a figura do Presidente da República ser a do primeiro magistrado da nação (Constituição brasileira). E nessa medida ocorrer um incremento de impacto e de responsabilidade na sua produção discursiva e actancial sobre a população, especialmente em períodos de crise (Beck, Coombs) nomeadamente de uma crise sanitária aguda, e também estrutural no plano económico, social e de fratura política no país, como se demonstra nos diversos itens abordados pela dissertação (desemprego, miséria, fome e demais indicadores).

Procurámos determinar a composição do negacionismo no específico discurso (sobre o vírus e seus perigos ou ausência deles, sobre os demais responsáveis políticos do Estado, sobre os jornalistas e os especialistas, sobre a cloroquina, sobre a situação nos hospitais, sobre a vacinação...).

É tempo, agora, de recordar a hipótese cuja verificação se propôs no início deste estudo, a saber: a existência de um forte impacto negativo de ações e discursos presidenciais sobre a população, os seus quadros mentais e comportamentais. Para além destes feixes teóricos, recorreu-se ao estudo sobre movimentações de populações em zonas “bolsonaristas” comparativamente com outras regiões do país, realizado por Cavalcanti (2021), em que esta

correlação parece poder estabelecer-se com pouca margem para dúvidas, independentemente de outras variáveis circunstanciais que não cabe analisar em sede de uma dissertação de mestrado, como a presente.

A sua demonstração parece produzir-se no plano empírico, através do estudo de geolocalização de Cavalcanti. Mas não apenas. A revisão teórica sobre a ideia de crise, bem como acerca da fusão entre discurso e ação sugerem também que a produção de discurso pelo poder encontra uma legitimação institucional acrescida, funcionando sempre como quadro mental a construir e modelo de comportamento a adotar, quer as suas consequências sejam positivas, quer sejam negativas, como neste caso.

Numa conclusão geral final é entendimento desta dissertação, em primeiro lugar, que o discurso negacionista do Presidente Jair Messias Bolsonaro assentou em atos ilocucionários e perlocucionários, realizando e induzindo à realização de gestos e comportamentos minimizadores dos perigos representados pelo novo coronavírus sobre a população.

E, em segundo lugar, que Jair Messias Bolsonaro, à semelhança de outros líderes mundiais altamente desprestigiados (e.g. Donald Trump) transferiu o peso simbólico do cargo de Presidente da República para uma advocacia negacionista que intensificou os conflitos na sociedade brasileira, agravou os efeitos pandêmicos e sanitários e não resolveu os problemas económico-sociais em nome dos quais ia sendo, e continua a ser produzido.

Estuda-se no Brasil, à data da entrega deste trabalho académico, a atuação do presidente Jair Messias Bolsonaro em termos políticos e penais, com investigações no Senado e no Supremo Tribunal de Justiça, sendo que estas averiguações do estudo presente ocorreram em 16 de dezembro de 2021 até o dia 10 de janeiro de 2022. Esse será um material decisivo para aferir dos atos, dos factos e das suas consequências. Sendo que estas, sejam quais forem, já se verificaram e ficarão para a História do país e da gestão das crises sociais graves acerca das quais só pode predizer-se que serão, de futuro, maiores e mais graves, a requererem políticas e políticos capazes de estarem à altura desses desafios que nos esperam.

Referencias.

Beck, U. (1980) *La sociedad del riesgo, Hacia una nueva modernidade*. (s.l) Paidós Iberica.

Clarke, J., Critcher, C., Hall, S., Jefferson, T., & Roberts, B. (1978). *Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Order*. Red Globe Press. Londres: The Macmillan Press LTD.

Coombs. W., Holladay, S. (2010)., *The Handbook of Crisis Communication*. Londres, Blackwell Publishing Ltd

Fleur, M. (1970) *Theories of Mass Communication*, (2ª ed) New York, Mckay

Foucault, M. (1970). *A ordem do discurso*., Paris, Gallimard.

Luhmann, N. (2009), *A Opinião Pública, Comunicação e Sociedade*, (2.ª ed)., Lisboa, Livros Horizontes.

Montesquieu, C. (1993). *O espírito das leis*. (2ª ed)., São Paulo, Martins Fontes Editora Ltda.

Referencias Online

AGAMBEN, G, Žižek, S, Butler, J, Luc Nancy, J, Lopez, S e "Bifo" Berardi, F. (2020) *Sopa de Wuhan*. Disponível em: <http://tiempodecrisis.org/wp-content/uploads/2020/03/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf?fbclid=IwAR386959-q7FG9ZCeGsEFSxGBOerZNNMf3s1hmLn8nYjcieT4QA-yyx6zE> (Acedido em junho, 20, 2020)

Agência Pública, (2020, março, 28). Escassez no SUS: profissionais da saúde relatam batalha contra coronavírus. Exame. Disponível em: <https://exame.com/brasil/escassez-no-sus-profissionais-da-saude-relatam-batalha-contracoronavirus/> (Acedido em abril, 1, 2021)

Ajzenman. N, Calvacanti. T, Mata. D (2020, outubro, 24). *More than Words: Leaders' Speech and Risky Behavior During a Pandemic*_. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3582908 (Acedido em junho, 19, 2020)

Amaral, R. (2018, julho, s.d). *Os três poderes e suas principais finalidades no ordenamento juridico brasileiro*. JUS. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/67449/os-tres-poderes-e-suas-principais-finalidades-no-ordenamento-juridico-brasileiro> (Acedido em setembro, 20, 2021)

Andrade, F. (2020, Maio 15). Teich deixa o Ministério da Saúde antes de completar um mês no cargo e após divergir de Bolsonaro. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/15/teich-deixa-o-ministerio-da-saude-antes-de-completar-um-mes-no-cargo.ghtml> (Acedido em Fevereiro, 16, 2021)

Amado, J. (2017) Manual de Investigação Qualitativa em Educação 3ª Edição, Disponível em: [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=-LktDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=Manual+de+Investiga%C3%A7%C3%A3o+Qualitativa+em+Educa%C3%A7%C3%A3o+3%C2%AA+Edi%C3%A7%C3%A3o+\(2017\),+Jo%C3%A3o+Amado&ots=g551hEsIk3&sig=2NCMe44ooVpYvRroN-x17D8ixQA&redir_esc=y#v=onepage&q=Manual%20de%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Qualitativa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%203%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20\(2017\)%2C%20Jo%C3%A3o%20Amado&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=-LktDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=Manual+de+Investiga%C3%A7%C3%A3o+Qualitativa+em+Educa%C3%A7%C3%A3o+3%C2%AA+Edi%C3%A7%C3%A3o+(2017),+Jo%C3%A3o+Amado&ots=g551hEsIk3&sig=2NCMe44ooVpYvRroN-x17D8ixQA&redir_esc=y#v=onepage&q=Manual%20de%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Qualitativa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%203%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20(2017)%2C%20Jo%C3%A3o%20Amado&f=false) (Acedido em julho, 15, 2020)

BAUER, M.W. & AARTS, B. (2000) *A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos*. Bauer, M.W. and George Gaskell (eds.) Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático. Disponível em: https://www.academia.edu/38394625/A_constru%C3%A7%C3%A3o_do_corpus_um_princ%C3%ADpio_para_a_coleta_de_dados_qualitativos. With M. Bauer In M. Bauer and George Gaskell eds. Pesquisa qualitativa com texto imagem e som um manual pr%C3%A1tico. Petr%C3%B3polis Editora Vozes. 39-63?auto=download (Acedido em julho, 12, 2020)

BBC News, M. S. e. M. M. (2020, abril, 20). *Bolsonaro e Trump radicalizam: as semelhanças entre os líderes na pandemia de coronavírus*. BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52361730> (Acedido em Março, 22, 2021)

BBC News. (2020, julho 7). *Relembre frases de Bolsonaro sobre a covid-19*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880> (Acedido em Março, 10, 2021)

BBC News. (2021, junho, 28). *Não é só efeito da pandemia: por que 19 milhões de brasileiros passam fome*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57530224> (Acedido em outubro, 11, 2021)

Blume, B. A. (2017, junho, 20). *Presidente da República: como é eleito?* Politize. Disponível em: <https://www.politize.com.br/presidente-da-republica-como-e-eleito/> (Acedido em Março, 24, 2021)

Braga, M (2021, Janeiro, 22). *Violência contra jornalista e liberdade de imprensa no Brasil*. Federação nacional jornalística. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf (Acedido em julho, 24, 2021)

Brum, E (2021, janeiro, 21). *Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma estratégia institucional de propagação do vírus*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html> (Acedido em outubro, 24, 2021)

Camargo Jr., K. & Coeli, C. M. (2020). A difícil tarefa de informar em meio a uma pandemia. In *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312020300203> (Acedido em Janeiro, 16, 2022).

CNN. (2020, outubro, 22). *Discurso do Bolsonaro na ONU veja o presidente falou sobre a economia..* Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/09/22/discurso-do-bolsonaro-na-onu-veja-o-que-o-presidente-falou-sobre-a-economia> (Acedido em outubro, 22, 2021)

Congresso em Foco. (2017, April 5). *Bolsonaro: ?Quilombola não serve nem para procriar?.* Uol. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/> (Acedido em março, 22, 2021.)

Congresso em Foco. (24 de agosto de 2020). *Bolsonaro disse que a chance de jornalista “bundão” sobreviver a covid-19 é menor.* Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/em-evento-chamado-vencendo-a-covid-19-bolsonaro-defende-cloroquina-e-ataca-imprensa/> (Acedido em fevereiro, 10, 2021)

Costa, S. d. S. (2020, Agosto 28). *Revisão de administração pública*. Scielo. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122020000400969&script=sci_arttext (Acedido em fevereiro, 10, 2021).

Couto, M. B. C. M. C (2021, Janeiro 30). *Consideração sobre o impacto da covid-19 na relação individuo-sociedade: da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina*. Scielo., Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/rQFs3PMLgZprt3hkJMyS8mN/> (Acedido em outubro, 20, 2021)

Cruz. S (2021, fevereiro, 16). *Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do COVID-19*. Periódicos Unifesp. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/11104/8339> (Acedido em dezembro, 20, 2021)

DW. (2020, abril, 9). *Em pronunciamento, Bolsonaro defende uso da cloroquina contra covid-19*. DW Made of minds. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/em-pronunciamento-bolsonaro-defende-uso-da-cloroquina-contr-a-Sars-CoV-2/a-53069991> (Acedido em Fevereiro, 15, 2021)

DN. (2020, dezembro, 18). *Bolsonaro sobre a vacina da Pfizer “se você vira jacaré o problema é seu”*. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/bolsonaro-sobre-a-vacina-de-pfizer-se-voce-se-transformar-num-jacare-e-problema-e-seu-13155253.html#media-1> (Acedido em outubro, 25, 2021)

DW. (2021, Janeiro, 26). *Brasil teve recorde de ataques à imprensa em 2020, disse relatório*. DW Made for Minds. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-teve-recorde-de-ataques-%C3%A0-imprensa-em-2020-disse-relat%C3%B3rio/a-56354093> (Acedido em março, 10, 2021)

ElPaís. (2018, Outubro, 7). *O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays*. El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html (Acedido em março, 22, 2021)

ElPaís, A. B. e. B. J. e. R. B. (2020, Abril, 16). *Mandetta é demitido por Bolsonaro*. ElPaís. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-16/mandetta-e-demitido-por-bolsonaro.html> (Acedido em Fevereiro, 16, 2021)

ElPaís. (2020, maio, 4). *Falta de insumos medicos pressiona debate sobre reconversão da industria brasileira para coronavirus*. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-05-04/falta-de-insumos-medicos-pressiona-debate-sobre-reconversao-da-industria-brasileira-para-coronavirus.html> (Acedido em maio, 22, 2021)

Fairclough. N (2016), *Discurso e Mudança Social*. Disponível em: <https://sabinemendesmoura.files.wordpress.com/2012/08/discurso-e-mudanc3a7a-social-norman-fairclough.pdf> (Acedido em Março, 12, 2021)

Fernandes, D. (2021, Janeiro, 22). *Em meio à piora da pandemia no país, popularidade de Bolsonaro cai para 31%*. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/01/22/em-meio-a-piora-da-pandemia-no-pais-popularidade-de-bolsonaro-cai-para-31> (Acedido em fevereiro, 16, 2021)

Folha de S.Paulo. (2019, Março, 28). *Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml> (Acedido em março, 10, 2021)

Fontes. H (2021, junho, 30). *Desemprego mantém recorde de 14,7% no trimestre encerrando em abril*. IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31050-desemprego-mantem-recorde-de-14-7-no-trimestre-encerrado-em-abril#:~:text=A%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20foi,buscando%20um%20trabalho%20no%20pa%C3%ADs>. (Acedido em janeiro, 20, 2022)

G1. (2020, Março, 25). *Frases de Bolsonaro ecoam as de Trump sobre o novo coronavírus*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/25/frases-de-bolsonaro-ecoam-as-de-trump-sobre-o-novo-coronavirus.ghtml> (Acedido em março, 23, 2021)

G1, A. P. e. C. M. (2020, Março, 26). *1 mês de coronavírus no Brasil: compare a situação do país com China, Itália, EUA e Coreia do Sul no mesmo período da epidemia*. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/26/1-mes-de-coronavirus-no-brasil-compare-a-situacao-do-pais-com-china-italia-eua-e-coreia-do-sul-no-mesmo-periodo-da-epidemia.ghtml> (Acedido em fevereiro, 15, 2021)

G1. (2020, Março, 31). *Em pronunciamento na TV, Bolsonaro muda o tom e não critica o isolamento social*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/31/em-pronunciamento-na-tv-bolsonaro-muda-o-tom-e-nao-critica-o-isolamento-social.ghtml> (Acedido em Fevereiro, 10, 2021)

G1. (2020, Abril, 6). *Coronavírus: veja a cronologia da doença no Brasil*. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/06/coronavirus-veja-a-cronologia-da-doenca-no-brasil.ghtml> (Acedido em fevereiro, 10, 2021)

G1. (2020, Abril, 8). *Em pronunciamento, Bolsonaro defende uso da cloroquina para tratamento do coronavírus*. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/08/em-pronunciamento-bolsonaro-defende-uso-da-cloroquina-para-tratamento-do-coronavirus.ghtml> (Acedido em fevereiro, 15, 2021)

G1. (2020, Abril, 30). *Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 30 de abril*. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/30/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-30-de-abril.ghtml> (Acedido em fevereiro, 15, 2021)

G1 e TV Globo, G. G. e. M. F. (2020, Maio, 31). *Ato pró-Bolsonaro em Brasília reúne manifestantes em defesa de medidas inconstitucionais*. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/31/manifestantes-fazem-ato-em-brasilia-em-apoio-a-bolsonaro-e-em-defesa-de-medidas-inconstitucionais.ghtml> (Acedido em Fevereiro, 12, 2021)

G1. (2020, Maio, 31). *Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 31 de maio*. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/31/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-31-de-maio.ghtml> (Acedido em Fevereiro, 12, 2021)

G1. (2020, junho, 12). *Entidade reagem a fala de Bolsonaro que incentivou pessoas a entrar em hospitais e filmar*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/12/entidades-reagem-a-fala-de-bolsonaro-que-incentivou-pessoas-a-entrar-em-hospitais-e-filmar.ghtml> (Acedido em setembro, 22, 2021)

G1. (2020) *Número de casos de coronavirus e superior a 1,6 milhões no Brasil disse estimativa de cientistas*. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/07/numero-real-de-casos-de-coronavirus-e-superior-a-16-milhao-no-brasil-diz-estimativa-de-cientistas.ghtml> (Acedido em junho, 20, 2020)

G1. (2021, Janeiro, 1). *Salário mínimo em 2021: veja o valor nacional e nos Estados*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/01/salario-minimo-em-2021-veja-o-valor-nacional-e-nos-estados.ghtml> (Acedido em fevereiro. 16, 2021.)

G1. (2021, março, 20). *Mortes na fila por um leito de UTI falta de insumos e funerárias sem férias os sinais do colapso na saúde brasileira*. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/20/mortes-na-fila-por-um-leito-de-uti-falta-de-insumos-e-funerarias-sem-ferias-os-sinais-do-colapso-na-saude-brasileira.ghtml> (Acedido em setembro. 20, 2021)

G1. (2021, Abril, 11). *Brasil deve ter a 14ª maior taxa de desemprego do mundo em 2021*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/11/brasil-deve-ter-a-14a-maior-taxa-de-desemprego-do-mundo-em-2021-aponta-ranking-com-100-paises.ghtml> (Acedido em setembro. 20, 2021)

Gov.br. (2019, Janeiro, 1). *Conheça as atribuições do presidente da República*. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/01/conheca-as-atribuicoes-do-presidente-da-republica> (Acedido em março, 23, 2021)

Gov.br. (2020, Março, 12). *Pronunciamento do senhor presidente da república Jair Bolsonaro em cadeia de rádio e televisão*. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-cadeia-de-radio-e-televisao-5> (Acedido em março, 23, 2021)

Gov.br. (2020, março, s.n). *Acompanhar o auxílio emergencial em 2021(Coronavírus-COVID 19)*. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acompanhar-auxilio-emergencial> (Acedido em maio, 23, 2021)

Henrique. E (2019, novembro, 4). *Tripartição dos poderes: A estrutura dos poderes do estado democrático de direito brasileiro, adotado pela constituição federal de 1988*. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/6618/TCC%20Eduardo%20Henrique%20Cortese%20Magalhaes.pdf?sequence=1&isAllowed=y> (Acedido em novembro, 15, 2021)

Istoé. (2018, Setembro, 24). *Frases de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias*. Disponível em: <https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/> (Acedido em março, 22, 2021)

Jornal Nacional. (2018, Outubro, 27). *Bolsonaro defende combate à corrupção e disse que se eleito não vai trocar cargos por apoio*. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/27/bolsonaro-defende-combate-a-corrupcao-e-diz-que-se-eleito-nao-vai-trocar-cargos-por-apoio.ghtml> (Acedido em março, 23, 2021)

Jornal Terra. (2011, junho, 8). *Bolsonaro: "prefiro filho morto em acidente a um homossexual"*. Terra. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> (Acedido em março, 22, 2021)

Lacerda, N (2021, abril, 17). *Brasil na pandemia: o colapso já chegou e a vacinação segue atrasada*. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/17/brasil-na-pandemia-o-colapso-ja-chegou-e-a-vacinacao-segue-atrasada> (Acedido em outubro, 20, 2021)

Lara, A. (2020, abril, 07). *Casualidade da pandemia qualidade da catástrofe*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597848-causalidade-da-pandemia-qualidade-da-catastrofe-artigo-de-angel-luis-lara> (Acedido em novembro, 20, 2021)

Leal, D e Lopes, I. (2020, dezembro, 02). *Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo Ministério da Saúde do Brasil*. Disponível em: www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4350/3387

Lemos, V. (2020, julho, 7). *O que a ciência disse sobre a eficácia de tratamentos citados por Bolsonaro ao revelar que está com covid-19*. BBC News. Acedido em Janeiro, 15, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53327708> (Acedido em novembro, 20, 2021)

Löwy, M.(2020, abril, 04). *O neofascista Bolsonaro diante da pandemia*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/> (Acedido em novembro, 25, 2020)

Maciel, E. (2021, junho, 15). *Como o negacionismo científico dificultou a campanha de vacinação contra a covid-19 no Brasil*. Abrasco. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/como-o-negacionismo-cientifico-dificultou-a-campanha-de-vacinacao-contra-a-covid-19-no-brasil-artigo-de-ethel-maciel/60268/>

(Acedido em novembro, 1, 2021)

Melito, L. (2020, maio, 05). *Bolsonaro deixou país vulnerável à fome e "preço será alto" na pandemia*. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/21/bolsonaro-deixou-pais-vulneravel-a-fome-na-pandemia-preco-sera-alto-diz-graziano> (Acedido em novembro, 20, 2021)

Ministério da Saúde. (2020, s.n) *Plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo vírus coronavirus SARS-COV-2*. Disponível em: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/hu-ufma/saude/covid-19/informes/copy_of_PLANO_DE_CONTINGENCIA_INFECCAO_CORONAVIRUS_SARS_COV_2_HU_UFMA_VERSAO_05_06.11.201.pdf/view (Acedido em novembro, 15, 2020)

NORONHA, Kenya Valeria Micaela de Souza *et al.* (2020, junho, s.n). *Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários*. Scielo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MMd3ZfwYstDqbpRxFRR53Wx/?lang=pt> (Acedido em outubro , 13, 2021)

Observador.pt (2021, janeiro, 7). *Bolsonaro disse que o Brasil esta uma maravilha após afirmar que estava quebrado*. Disponível em: <https://observador.pt/2021/01/07/bolsonaro-diz-que-o-brasil-esta-uma-maravilha-apos-afirmar-que-estava-quebrado/> (Acedido em setembro, 22, 2021)

Observador.pt (2021, fevereiro, 11). *Ordem dos médicos condena médicos pela verdade e penas censuras*. Disponível em: <https://observador.pt/2021/02/11/medicos-pela-verdade-punidos-com-pena-de-censura-pela-ordem-dos-medicos/> (Acedido em dezembro, 10, 2021)

Orlandi, E. (janeiro, 1999). *Análise do discurso-Princípios & procedimentos*, 13 edição. Disponível em: <https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/ORLANDI-Eni-P-Analise-Do-Discurso-Principios-e-Procedimentos.pdf> (Acedido em janeiro, 3, 2022)

Passarinho, N. (2018, Outubro, 7). *Eleições 2018: Cinco fatos que provam que Brasil vai às urnas para disputa sem precedentes*. BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45760999> (Acedido em março, 22, 2021)

Rathsam, L. (2021, abril, 14). *Negacionismo na pandemia: a virulência da ignorância*. Unicamp. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/04/14/negacionismo-na-pandemia-virulencia-da-ignorancia> (Acedido em novembro, 10, 2021)

SanarMed. (2020). *Linha do tempo do Coronavírus no Brasil*. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil> (Acedido em Fevereiro, 10, 2021)

Santos, J e Oliveira, E (2021, junho, 3). *Empreendedorismo e incentivos governamentais para a sobrevivência de empresas no período da pandemia do coronavírus*. Periodicos. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cge/article/view/49769> (Acedido em dezembro, 20 de 2021)

Schreiber, M. (2021, maio, 9). Rejeição de 70 milhões de doses da Pfizer por gestão Bolsonaro será novo foco da CPI da Covid. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57018138> (Acedido em outubro, 10, 2021)

Tribunal Superior Eleitoral. (1988, Outubro, 5). *Constituição da República Federativa do Brasil*. TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/constituicao-federal/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil> (Acedido em março, 23, 2021)

Veja, D. P. e. M. M. e. L. B. (2020, Maio, 8). *A mais recente teoria da conspiração criada por Bolsonaro*. Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/a-mais-recente-teoria-da-conspiracao-criada-por-bolsonaro/> (Acedido em fevereiro, 14, 2021)

Veja, M. C. V. e. C. M. (2020, Junho, 22). *A retórica de Bolsonaro: o que revelam os discursos na pandemia*. Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/a-retorica-de-bolsonaro-o-que-revelam-os-discursos-na-pandemia/> (Acedido em fevereiro, 15, 2021)

Vieira, M e Mattos, C. (2020, s.n) *A retórica de Bolsonaro: o que relevam os discursos na pandemia*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/a-retorica-de-bolsonaro-o-que-revelam-os-discursos-na-pandemia/> (Acedido em junho, 20, 2020)

Welle, D. (2020, Julho, 9). *Brasil é epicentro emergente de fome extrema na pandemia, disse relatório*. Uol. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/09/brasil-e-epicentro-emergente-de-fome-extrema-na-pandemia-diz-relatorio.htm> (Acedido em Fevereiro, 11, 2021)

Anexo 1:

Pronunciamento do dia 24 de Março de 2020, do Presidente Jair M. Bolsonaro, sobre “A volta à normalidade”.

Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, em uma operação coordenada pelos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, surgiu para nós um sinal amarelo. Começamos a nos preparar para enfrentar o coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos Estados para que o planejamento estratégico de combate ao vírus fosse construído e, desde então, o doutor Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas. Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria. E, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa.

Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos. Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro chefe o anúncio de um grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. Um cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país.

Contudo, percebe-se que, de ontem para hoje, parte da imprensa mudou seu editorial. Pedem calma e tranquilidade. Isso é muito bom. Parabéns, imprensa brasileira. É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleçam, entre nós. O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós. Respeitando as orientações do Ministério da Saúde.

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão. Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Sars-CoV-2. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre este remédio fabricado no Brasil e largamente utilizado no combate à malária, lúpus e artrite.

Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura desta doença. Aproveito para render as minhas homenagens a todos os profissionais de saúde. Médicos, enfermeiros, técnicos e colaboradores que, na linha de frente nos recebem nos hospitais. Nos tratam e nos confortam. Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o início, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo neste novo Brasil, que tem tudo, sim, para ser uma grande Nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos, Deus abençoe nossa pátria querida.